

**UFMS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**Campus de Aquidauana**

**VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA**

**ENTRE A EXPLORAÇÃO E A ESTRATÉGIA: AS FACES DA  
MIGRAÇÃO PARA OS CANAVIAIS DO NOROESTE PAULISTA**

**AQUIDAUANA  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA**

**ENTRE A EXPLORAÇÃO E A ESTRATÉGIA: AS FACES DA  
MIGRAÇÃO PARA OS CANAVIAIS DO NOROESTE PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior

**AQUIDAUANA  
2009**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA**

### **ENTRE A EXPLORAÇÃO E A ESTRATÉGIA: AS FACES DA MIGRAÇÃO PARA OS CANAVIAIS DO NOROESTE PAULISTA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Orientador : Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Edima Aranha Silva  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Alzira Salete Menegat  
Universidade Federal Grande Dourados

Aquidauana, 26 de Janeiro de 2009.

## DEDICATÓRIA

À minha família pelo apoio incondicional.

## AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior pela orientação, amizade, confiança e tranquilidade que me conduziu durante essa caminhada.
- Ao André, meu esposo, incondicionalmente sempre ao meu lado e no meu coração.
- Ao meu filho Heitor, por ser minha fonte de força, coragem e amor.
- À Dona Aurora e Sr. Dirceu, meus sogros que são pais verdadeiros e dedicados.
- À minha mãe e minhas irmãs por compartilhar minhas alegrias e preocupações.
- Ao Douglas, meu cunhado pelas contribuições em “inglês” e “português”.
- Ao Jorge, grande amigo que me acolheu sempre em Aquidauana;
- Aos colegas da Diretoria de Ensino de Andradina por me acompanharem nesse desafio.
- A equipe do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis.
- Aos cortadores de cana, que sempre foram gentis em nos receber e prontos a contribuir com nosso trabalho.
- A todos os amigos que sempre tiveram uma palavra de apoio e me ajudaram a realizar esse trabalho.

## EPÍGRAFE

*...Quem não foi sempre quer vir né..., mas depois fica morrendo de vontade de ir embora...  
...aqui não é um lugar que você tem saída, que pode vê as coisa... aqui você fica  
preso..isolado...  
... doer dói né... mas eu não posso reclamá...*

*(migrantes mineiros)*

## RESUMO

A expansão do setor canavieiro no interior do Estado de São Paulo e o desenvolvimento do processo migratório foi o tema desta pesquisa que estudou a migração de trabalhadores rurais, enquanto fenômeno econômico e social, vinculado à evolução do sistema capitalista. A partir das pesquisas de campo, do referencial teórico e documental, verificamos as condições que conduziram os trabalhadores à migração, suas características sociais e econômicas e áreas de origem. Nesse sentido investigamos a vida e o trabalho dos migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG e de outros estados nordestinos. Diante da concentração fundiária, da expulsão dos trabalhadores do campo e o crescimento da monocultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, as migrações temporárias ou sazonais aumentaram. O crescimento da lavoura canavieira elevou a demanda de trabalhadores para realizar o corte da cana-de-açúcar e fez do noroeste paulista um grande pólo de mão-de-obra, por outro lado, a busca pela sobrevivência transformou agricultores em trabalhadores assalariados, que anualmente percorrem grandes distâncias à procura das safras agrícolas. Assim, submetidos ao capital, enfrentam uma exaustiva rotina de trabalho em troca do sustento da família e da preservação do seu vínculo com o campo.

Palavras-chave: migração. cana-de-açúcar. trabalhadores rurais.



## ABSTRACT

The expansion of the sugar cane sector in the São Paulo state interior and the development of the migratory process was the theme of this research that studied the migration of agricultural workers, while social and economical phenomenon, linked to the evolution capitalist. From the field research, of the theoretical and documental reference, we verified the conditions that led the workers to the migration, your social and economical characteristics, and the origin areas. In this sense we investigated the life and work from Jequitinhonha Valley-MG migrant and others northwest states. Ahead of the agrarian concentration, of the expulsion of the workers of the field and the growth of the monoculture of the sugar cane in the state of São Paulo, the temporary or season migrations increased. The growth of the sugar cane plantation farming rose the demand of workers for the cut of the sugar cane and made of northwestern of São Paulo a great polo of manual work on a job, by the other side, the search for the survival transformed farmers into salaried employee, whom annually they roamed great distances to the search of the agricultural harvests. So, submitted to the capital, they face an exhausting routine of work in exchange for the sustenance of the family and the preservation of its link with the field.

Words key: migration. sugar cane. agricultural workers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de exploração da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.....	50
Figura 2 – Mapa de localização do município de Mirandópolis-SP.....	55
Figura 3 – Vista aérea da Usina Mundial, Mirandópolis, 2008.....	58
Figura 4 – Mapa de localização das usinas do Grupo Cosan em SP.....	60
Figura 5 – Foto do alojamento na Fazenda São Joaquim, Mirandópolis-SP, jun. 2008.....	64
Figura 6 – Foto do quarto dos migrantes na Fazenda São Joaquim, jun. 2008.....	65
Figura 7 – Mapa de fluxo migratório entre os estados de MG, BA e SP.....	68
Figura 8 – Foto do migrante Adail, alojamento da Fazenda São Joaquim, jun. 2008.....	71
Figura 9 – Foto do migrante José, 29 anos de idade.....	74
Figura 10 – Mapa de fluxo migratório entre os estados de MG e SP, 2008.....	77
Figura 11 – Foto do Sr. Arlindo, 60 anos, um dos migrantes mais idoso.....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria – Brasil e Grandes Regiões .....	27
Gráfico 2 – Vendas de açúcar .....	61
Gráfico 3 – Vendas de álcool.....	62
Gráfico 4 – Escolaridade dos migrantes, 2006-2008 .....	79
Gráfico 5 – Relação com a terra .....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura Fundiária – Brasil, 2003.....	25
Tabela 2 – Estimativas de saldo líquido migratório rural – urbano e taxas líquidas de migração – Brasil – 1950/95.....	36
Tabela 3 – Estimativas de saldo líquido migratório por regiões e sua distribuição proporcional – 1950/ 95.....	36
Tabela 4 – Pessoal ocupado, segundo a atividade econômica principal, 1995.....	52
Tabela 5 – Origem dos migrantes em 2006.....	66
Tabela 6 – Faixa etária dos trabalhadores migrantes.....	76
Tabela 7 – Origem dos migrantes em 2008 .....	76
Tabela 8 – Escolaridade dos migrantes .....	79
Tabela 9 – Síntese dos resultados da escolaridade dos migrantes (2006-2008).....	79
Tabela 10 - Quantidade de safras canavieiras por trabalhador.....	81
Tabela 11 – Quantidade de cana cortada por trabalhador/dia, 2008.....	82
Tabela 12 – Valor dos salários dos cortadores de cana, 2008 .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Localização das unidades do Grupo Cosan .....	59
Quadro 2 – Distribuição de funcionários da Usina Mundial, 2008 .....	63
Quadro 3 – Evolução do pagamento diário do corte de cana SP, 1969-2005.....	70
Quadro 4 – Valores pagos pela cana na Usina Mundial, 2007.....	75

## **LISTA DE SIGLAS**

CAI = Complexo Agroindustrial

CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CIAGRO = Centro Integrado de Informações Meteorológicas

EDR = Escritório de Defesa Rural

EPI = Equipamento de Proteção Individual

IAA = Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

PIB = Produto Interno Bruto

PNAD = Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

Proálcool = Programa Nacional do Alcool

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural

STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNICA = União da Indústria de Cana-de-açúcar

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>20</b>
2.1. Desenvolvimento do capitalismo no campo e a questão agrária: cenário de desigualdades.....	23
<b>3. TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E MIGRAÇÕES INTERNAS.....</b>	<b>33</b>
3.1. A concentração fundiária e o êxodo rural .....	34
3.2. Trabalho temporário: nova tendência da migração interna?.....	39
<b>4. OS SENTIDOS DA MIGRAÇÃO DIANTE DA EXPANSÃO CANAVIEIRA: DO VALE DO JEQUITINHONHA PARA O INTERIOR PAULISTA.....</b>	<b>45</b>
4.1. A origem: Vale do Jequitinhonha .....	45
4.2. O destino: canaviais do interior paulista .....	47
4.2.1. Oeste Paulista: Mirandópolis do café à cana-de-açúcar .....	53
4.2.2. Usina Mundial: Unidade de produção do Grupo Cosan em Mirandópolis-SP .....	57
4.2.3. O recrutamento e a exploração de mão-de-obra na Usina Mundial .....	62
4.2.4. Conhecendo os migrantes e as condições de trabalho no canavial .....	71
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>7. APÊNDICE.....</b>	<b>93</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho propomo-nos a apresentar os fatores que impulsionam centenas de trabalhadores de outros estados, especialmente de Minas Gerais a migrarem para a colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo São Paulo.

Tomamos como ponto de partida o entendimento sobre a relevância da pesquisa dentro da Geografia relacionando-a a questão agrária brasileira.

O método de investigação utilizado foi o estudo de caso - município de Mirandópolis, no interior paulista, local onde encontramos muitos migrantes nordestinos e mineiros que trabalham no corte de cana-de-açúcar em uma das unidades do maior grupo usineiro do país – Grupo Cosan.

Mirandópolis, à noroeste do estado de São Paulo, foi escolhido como área de pesquisa porque em 2006, ano em que eu residia neste município, uma questão me intrigou: *Por que tantos trabalhadores de Minas Gerais ou do nordeste vêm para Mirandópolis, uma cidade pequena cidade do interior para trabalhar no corte de cana que é um serviço tão pesado?*

Diante disso, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior, conduzimos este trabalho, visando à compreensão do fenômeno migratório enquanto parte do processo de expansão do capitalismo, que pressupõe a exploração do trabalhador, mas que ao mesmo tempo permite que ele, trabalhador possa continuar com sua terra, mantendo sua condição de camponês.

Com José de Souza Martins encontramos o eixo norteador da pesquisa, a partir dos conceitos de expropriação e exploração. Conforme o autor, o capital é o responsável pela precária condição dos camponeses, pois o sistema “[...] procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe à trabalhar para ele, capital [...]” (MARTINS,1991, p.17).

Somando-se à Martins, Gaudemar (1977) orientou-nos no sentido da mobilidade do trabalho, conceito que se baseia na teoria marxista do trabalho, na qual o trabalhador vivencia uma “liberdade negativa”, pois “[...] dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender.[...]”. Além disso, o autor acrescenta que essa situação é uma estratégia de desenvolvimento para o modo de produção vigente, pois “[...] A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida em primeiro lugar, como a condição de exercício da



sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá capital”. (GAUDEMAR<sup>1</sup>, 1977, p. 190)

Mais adiante, acrescenta:

A mobilidade da força de trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista.[...] [...] A mobilidade da força de trabalho conduz assim imediatamente às condições de existência do capitalismo, que são a produção das forças de trabalho, a sua utilização no processo de produção. A sua circulação entre as diferentes esferas de actividade.<sup>2</sup>

Se por um lado temos o aumento da concentração fundiária, de outro as pequenas propriedades agrícolas familiares diminuem em favor de grandes empresas agroindustriais. Essas empresas, pressionadas pelo processo de globalização, realizaram uma verdadeira reestruturação produtiva através da modernização tecnológica para atender ao mercado externo e diante disso, o camponês perdeu seus instrumentos de trabalho e como alternativa precisou retirar-se para outras regiões do país, onde sua força é necessária.

Ao iniciarmos a pesquisa de campo buscamos os trabalhadores em seus alojamentos com o objetivo de fazer um levantamento preliminar de informações que ajudassem na compreensão das condições e razões que levam esses trabalhadores à migração.

Após esse levantamento preliminar pesquisamos trabalhos e autores que estudaram o tema, mas a bibliografia sobre o trabalho sazonal no campo infelizmente é muito escassa e por esse motivo a internet foi uma ferramenta muito útil na busca de informações, dados e textos diversos.

De outro lado, antes de focalizarmos nosso trabalho nos principais sujeitos de nossa pesquisa - os migrantes - foi necessário incluir neste trabalho, uma breve caracterização, baseada em depoimentos e referências bibliográficas sobre o local de origem dos migrantes - Vale do Jequitinhonha/MG - e o local de destino - Mirandópolis/SP, para termos uma visão geral desses cenários que nos proporcionassem uma melhor compreensão das condições sócio-econômicas desses trabalhadores.

O trabalho de campo também incluiu visitas e entrevistas com dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis e Lavínia, responsáveis pelo acompanhamento da rotina de trabalho nos canaviais; funcionários da Prefeitura Municipal para reunir dados sobre as atividades econômicas do município e na Usina Mundial, nosso principal contato foi a assistente social que forneceu várias informações, desde aquelas que se referiam especificamente à usina, bem como sobre o trabalho dos migrantes.

---

<sup>1</sup> GAUDEMAR, 1977.

<sup>2</sup> Ibid., p. 192-3.

Dessa forma, a partir das pesquisas, das referências teórica e documental, foi possível investigar sobre as condições que conduzem os trabalhadores à migração, aproximar-nos do seu modo de vida, identificar as principais cidades de origem e as condições de trabalho no canavial na perspectiva de compreender este “universo”.

Os “mineiros” como são denominados os trabalhadores migrantes do estado de Minas Gerais e até de outros estados que acabam sendo incluídos com essa mesma denominação, são pessoas de origem rural, que temporariamente deixam seu sítio, o seu local de origem, particularmente o Vale do Jequitinhonha, em busca de trabalho durante a safra canavieira. São considerados pela população do município receptor - Mirandópolis, como “os de fora”, uma expressão que já foi apontada por Maria Aparecida Moraes Silva e que manifesta uma diferenciação social:

Os trabalhadores de outras regiões, ‘os de fora’, tornam-se ‘imigrados’ em seu próprio país. Possuem um falar próprio, hábitos culturais diferentes, muitos são negros ou pardos. Todas essas características étnicas ou culturais definidoras de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores deparam-se frente ao ‘outro’, ao ‘do lugar’, ao paulista. (SILVA, 1999, p.72)

Mirandópolis, uma cidade com pouco mais de 25 mil habitantes recebeu entre 2006 e 2008, em média 500 trabalhadores por ano, ou seja, nesse período somou um total de 1500 homens que vieram exclusivamente para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Vale ressaltar que as mulheres também trabalham no canavial, mas elas constituem uma mão-de-obra local ou de cidades vizinhas, e por esse motivo não fizeram parte deste trabalho.

No que tange ao universo empírico da pesquisa, as técnicas de pesquisa utilizadas foram: entrevistas, relatos orais e aplicação de questionários, a partir de uma amostragem aleatória acerca das condições de vida e de trabalho.

Entre 2006 e 2008 conversamos e entrevistamos cerca de 100 trabalhadores migrantes que falaram conosco sobre o trabalho, a família, a cidade de origem, oferecendo valiosas contribuições para o entendimento do processo migratório. De forma sintética, o recorte espacial e temporal estabelecido, bem como os dados das pesquisas de campo distribuem-se da seguinte maneira:

- No ano de 2006, entrevistamos, por meio de questionários 44 trabalhadores que residiam em alojamentos situados em casas de aluguel da área urbana de Mirandópolis.
- Em 2007, não aplicamos questionários, optando pelos diálogos informais junto à aproximadamente 30 trabalhadores no alojamento da Usina Mundial, localizado na Fazenda Floresta, município de Lavínia/SP;

- Em 2008, entrevistamos um total de 27 pessoas, com um novo questionário, em outro alojamento da Usina Mundial, localizado na Fazenda São Joaquim, Mirandópolis/SP.

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais encontramos o apoio necessário para nos aproximarmos dos migrantes e ter acesso à usina. Contando com a disposição do Srs. Luiz Sebastião da Silva Toledo e Leonel Pimentel, membros do sindicato, conseguimos adentrar os alojamentos urbanos, dialogar com os migrantes, percorrer as fazendas onde se localizavam os alojamentos e conhecer os funcionários da usina que podiam prestar informações. Essas e outras ações de apoio conseguimos junto ao sindicato e foram fundamentais para adentrarmos nesse espaço.

Apesar de todo esforço demonstrado pelo sindicato, o mesmo não ocorreu no “território da usina”. Em dezembro de 2007, quando estávamos em companhia dos representantes do sindicato fomos à Fazenda Floresta (à época único alojamento da usina Mundial), para falar com alguns migrantes e também para participar da missa de “Ação de Graças” pelo final da safra, quando fomos surpreendidos pela atitude de uma funcionária da usina ao notar nossa presença no local advertiu-nos que ali *só poderíamos entrar depois da autorização da empresa e que “pessoas estranhas” não podem visitar o alojamento sem o consentimento do Grupo Cosan*. Diante disso, o Sr. Luiz Sebastião (STR) explicou que estávamos ali *pra participar da missa, que não éramos da imprensa, e que eles haviam nos levado apenas para um “bate-papo” com os mineiros, já que nos próximos dias eles iriam embora, por conta do final da safra e a conversa com os cortadores era para um trabalho de faculdade*. Com essas colocações a funcionária disse *“tudo bem, mas da próxima vez vocês precisam me avisar”*<sup>3</sup>.

A “situação de vigilância” e controle foi constante. Outro exemplo, é que para adentrar as dependências da usina, para conversar com a assistente social (numa visita previamente marcada), ao chegarmos à portaria era obrigatório apresentar um documento pessoal, tirar uma fotografia de identificação, informar com quem falaríamos e qual o motivo da visita. Em seguida, o porteiro interfoneia para assistente social, para conferir se realmente éramos esperados. Confirmada a informação, recebíamos um crachá de visitante e nosso documento ficava retido na portaria até o momento da saída.

Dessa forma, em 2008 todas as vezes que precisávamos falar com os migrantes que moravam no novo alojamento da usina (Fazenda São Joaquim), era necessário pedir autorização e explicar pormenorizadamente qual era o propósito da pesquisa. Por meio desta

---

<sup>3</sup> Essas advertências foram feitas pela assistente social da Usina Mundial, Srta. Priscila.

assistente social, Srta. Priscila (a mesma que reprovou nossa visita inicialmente) “consequimos” a autorização e assim passamos à agendar as visitas. Acompanhados por funcionários da usina, as primeiras visitas sempre contavam com a presença de algum deles, zelador ou outro funcionário. Com o passar do tempo foram se acostumando com nossa presença, mas nem por isso o sentimento de intimidação desapareceu e até o “pedido” para ler nosso trabalho de pesquisa antes de concluído foi feito pela funcionária. Essa situação gerou uma preocupação permanente diante de uma possível recusa ou bloqueio de nossas visitas por parte da usina, o que felizmente não ocorreu.

Nestas circunstância procurávamos sermos cuidadosos com nossas abordagens durante visitas à usina e aos alojamentos, pois a dificuldade em obter determinadas informações ou até mesmo de conhecer o material utilizado nos treinamentos, foram alguns obstáculos que tivemos que transpor para compor esse trabalho e por esse motivo boa parte das informações como a produção, comércio, investimentos e atuação do Grupo Cosan, tiveram que ser retiradas do site oficial da empresa.

Quanto à estrutura desta dissertação ela está organizada em quatro capítulos, o primeiro trata-se da presente introdução; o Capítulo 2 traz um pequeno esboço sobre a Geografia e a Questão Agrária no Brasil, abordando a trajetória histórica e as correntes teóricas que estudaram o tema, bem como sua importância para o entendimento dos problemas pertinentes ao espaço agrário. Em seguida, a questão agrária brasileira é vista como consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, manifestado pelas diversas desigualdades que ele provoca como a intensificação da concentração de terras. Diante disso, procuramos relacionar a questão agrária às migrações sazonais, considerando o processo de expansão do capitalismo no campo subordinando o camponês à condição de assalariado temporário.

No Capítulo 3 “Migrações Internas e as Transformações no Espaço Agrário”, tratamos do tema situando-o no contexto espacial, social e histórico do país. A concentração fundiária é apontada como um dos principais responsáveis pelo êxodo rural e atualmente pela migração sazonal observada nos canaviais paulista.

Situando os pontos de origem e de destino dos migrantes, no Capítulo 4 “Os Sentidos da Migração para os Canaviais: do Vale do Jequitinhonha para o Interior Paulista”, esboçamos alguns temas que consideramos importantes, como abordar o Vale, enquanto área fornecedora de mão-de-obra; falamos da expansão da cultura canavieira no estado de São Paulo e crescimento da lavoura canavieira na região Oeste do estado até chegarmos à escala local - Mirandópolis/SP, nossa área de pesquisa.

Assim, no Capítulo 4 se concentra o trabalho de campo, onde caracterizamos Mirandópolis, a usina e os trabalhadores. Com relação ao município apresentamos um breve resumo enfocando as atividades econômicas que foram desenvolvidas na cidade desde sua constituição. Em seguida, também de forma sucinta, falamos da usina responsável pelo fluxo dos migrantes – a Usina Mundial, apontando as características que consideramos mais relevantes para podermos abordar o processo de recrutamento e exploração da mão-de-obra, as condições de vida dos migrantes e seu trabalho no canavial.

Como foi exposto, para conseguirmos focalizar os sujeitos de nossa pesquisa, foi necessário conhecer e apresentar, mesmo que de forma breve, esses locais (o Vale, Mirandópolis e a Usina) para compreendermos o contexto econômico e social onde esses trabalhadores se inserem.

Este trabalho nos permitiu verificar que a expropriação dos pequenos agricultores impulsionam as migrações, porque este é o principal caminho adotado por essa parcela da população que se vê desprovida de meios que permitam sua reprodução social.

Sujeitos extremamente importantes para a manutenção do capital no campo, contribuem para o processo de expansão capitalista mas são vistos como “uma mercadoria” de pouco valor. Explorados no trabalho, recebendo por produção constata-se as precárias condições de vida e de trabalho desses migrantes. De origem camponesa, em sua maioria, sazonalmente precisam sair de Minas Gerais, partirem rumo a São Paulo para garantir uma renda para sua família e sua identidade com o campo.

O processo de expropriação que atinge esses camponeses, particularmente os do Vale do Jequitinhonha, tem uma característica particular, pois mesmo mantendo a posse de pequenas propriedades de terra eles não conseguem se sustentar e são obrigados a trabalhar para a empresa capitalista – neste caso, a usina canavieira - tornando-se um assalariado, ou seja, um proletário rural.

Diante do exposto, a pesquisa é relevante porque a Geografia é uma ciência que tem compromisso com as transformações que ocorrem em nossa sociedade e dentro dela, a Geografia Agrária é o espaço de investigação que nos proporciona o entendimento das questões sociais que afetam o campo.

## **2. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Seguindo uma trajetória de influências oferecidas pela sociedade e pelas mudanças paradigmáticas que determinaram os temas de estudo e as formas de estudá-los, a Geografia Agrária brasileira se desenvolveu inicialmente com o propósito de conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração, ou seja, os tipos de cultivos, as técnicas de produção.

A agricultura é tema bastante antigo da Geografia, sendo entendida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca.

De acordo com Andrade (1994 apud FERREIRA, 2001, p.41-42) os trabalhos voltados à Geografia até a década de 1930, podem ser agrupados em quatro fases:

- Primeira fase, até a metade do século XVIII, os cronistas, aventureiros e os comerciantes é que se preocupavam com a descrição dos homens e da terra e realizavam trabalhos de cunho não-científico.
- A segunda fase foi marcada pela vinda de viajantes estrangeiros, na primeira metade do século XIX, com a finalidade de conhecer, observar e colher informações sobre diferentes áreas do país.
- Terceira fase, compreendendo o período Imperial e a Primeira República, quando diferentes cientistas visitaram o Brasil para realizar estudos em áreas de interesse governamental.
- Na quarta fase, alguns trabalhos de cunho literário sinalizavam a preocupação em estudar o processo de conquista e ocupação do território brasileiro, isso já em fins do século XIX e início do século XX. Alguns exemplos são os autores Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco.

Passado esse período, a Revolução de 30, com a busca de novos caminhos para o país temos várias obras sobre a realidade brasileira que não tinham essencialmente uma preocupação geográfica, mas que trouxeram rica contribuição sobre o conhecimento do país. Representando esse período temos autores como Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. (ANDRADE, 1999, p. 23)

Segundo Ferreira (2001, p. 42) o estudo geográfico da agricultura foi realizado durante muito tempo sob diferentes pontos de vista e produziram uma variedade de definições. Assim, em princípio, a Geografia Agrária era desenvolvida como “parte” da Geografia Econômica, e os estudos econômicos em Geografia tinham, na agricultura, seu foco principal. Apesar disso, “[...] a denominação Geografia Agrária não era adequada, considerando-se que o conteúdo destes estudos voltava-se, prioritariamente, para a análise da produção agrícola, da distribuição dos cultivos e pouca importância era dedicada às questões sociais, característica dos estudos agrários [...]”.

Por outro lado, a partir da década de 1960, alguns autores buscaram discutir as questões sociais a fim de romper com a “neutralidade” dos estudos geográficos, como Manuel Correia de Andrade, no livro “Terra e o Homem do Nordeste” discutiu os movimentos agrários do Nordeste, por meio das Ligas Camponesas:

A difícil situação em que se encontravam os trabalhadores sem terra do Nordeste, que constantemente a agravar-se, sobretudo a partir de 1950, faz com a massa camponesa procure por si mesma uma solução [...] Os proprietários de terra, alarmados, temem a reação camponesa, temem a reforma agrária [...] (ANDRADE, 1999, p. 23)

Na mesma época, Orlando Valverde publicou “A Geografia Agrária do Brasil”, apontando a importância de considerar as mudanças sociais, a amplitude da questão agrária em relação à agrícola e a subordinação do campo à lógica de produção capitalista:

A estrutura e a morfologia agrárias de uma região são, em larga medida, um reflexo de leis econômicas sobre a paisagem. De fato, já vimos que a Geografia agrária não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola. (VALVERDE, 2006, p. 15)

Fernandes (2001) também destaca Alberto Passos Guimarães com o livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, difundido na mesma década, ao qual traçou a formação dos latifúndios no Brasil e defendeu a existência de relações feudais no campo brasileiro. Diferentemente, Caio Prado Junior, em *Questão Agrária*, descartou a possibilidade de resquícios feudais no campo brasileiro, pois aqui, segundo o autor, tivemos uma sociedade escravista e não feudal. Além disso, o autor trata da questão agrária em particular e faz críticas a eficácia dos métodos de análise das questões sociais:

[...] Se nos propomos a analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora do campo brasileiro - e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária - é disso que nós devemos ocupar em primeiro e principal plano. (PRADO JÚNIOR, 2000, p.22)

Outra contribuição dentro desse movimento de renovação dos estudos geográficos foi a *Geografia da Agricultura* de José Filizola Diniz, que se preocupou com a abordagem sistêmica para compreender a organização do espaço geográfico, seus padrões e arranjos espaciais. (FERREIRA, 2001, p.52-53)

Diante disso, verifica-se que a Geografia Agrária no Brasil surge, de fato, da ruptura entre os estudos agrícolas e os estudos agrários, porque ambos refletem fundamentos teórico-metodológicos bem distintos. Assim, vinte anos depois de Valverde, a partir de 1980, o grande marco das mudanças teórico-metodológicas nos estudos agrários serão os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Conforme Paulino (2007, p. 342) “[...] é no interior desse divisor entre os estudos agrícolas e estudos agrários que a obra de Ariovaldo se inscreve [...]”. Oliveira critica os exaustivos levantamentos quantitativos desta Geografia, afirmando que ela representava muito mais do que conferir status científico a esse ramo do conhecimento, pois derivava do referencial teórico-metodológico pragmático, voltado principalmente para o planejamento, e no caso, servia de instrumento de dominação burguesa.

É com Oliveira que a Geografia Agrária no Brasil avança rumo aos estudos críticos, ao discutir as características básicas e fundamentais do campo brasileiro sob a ótica do desenvolvimento desigual do capital no espaço agrário e suas conseqüências para as populações rurais e urbanas. Os temas postos em discussão remetem a uma visão do desenvolvimento do capitalismo no campo, onde as lutas pela terra são o contraponto dialético desse desenvolvimento.

Corroborando com o autor, José de Souza Martins possui vários trabalhos que caminham na mesma direção:

[...] Se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo.  
 [...] Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é sua lei: a lei da reprodução crescente ampliada. A tendência do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. (MARTINS, 1986, 151-152).

Apoiados no referencial exposto, em especial José de Souza Martins que dedicou-se ao estudo da situação camponesa frente expansão do capitalismo no campo, pretendemos mostrar que *Entre a exploração e a estratégia: as faces da migração para os canaviais do noroeste paulista*, de que maneira a população rural do Vale do Jequitinhonha/MG, carente de seus meios de produção, é expropriada, expulsa de seu local de origem e obrigada a desenvolver novas estratégias de sobrevivência



## 2.1. Desenvolvimento do capitalismo no campo e a questão agrária: cenário de desigualdades

Conforme Oliveira<sup>4</sup> (2004, p. 34) o “[...] estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam diferentes vertentes do marxismo [...]”. Podemos dividir essas correntes de pensamento entre aqueles que defendem a existência de resquícios feudais e outra que prevê a extinção dos camponeses diante da mundialização do capital, ou seja, o desaparecimento da figura do camponês.

Seguindo por outro caminho, o autor diz não partilhar de nenhuma destas vertentes, pois segundo o mesmo:

[...] faço parte de outra concepção teórica de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, para mim, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. Ou seja, o estudo da agricultura brasileira deve ser feita, levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas (implantação o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também igual, e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e o aumento do trabalho familiar no campo) [...] <sup>5</sup>

Dessa forma, ao analisarmos o espaço agrário brasileiro observamos que a desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado nossa sociedade desde o período colonial. Nesta época a Coroa Portuguesa instaurou o regime de sesmarias, que consistia no “direito” de posse da terra para o agricultor, mas o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras.

A história revela que essa “doação” era destinada à um seletivo grupo, formado por brancos e católicos, enquanto escravos, índios ou mestiços não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho eram os grandes beneficiados, obtendo grandes áreas para plantar cana-de-açúcar, consolidando as bases do modelo colonial de produção: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

A utilização desse modelo econômico trouxe grandes conseqüências para o campo e, aliado às forças econômicas e políticas acabou prejudicando diretamente os pequenos agricultores. No início do século XIX, as nações européias que almejavam a expansão de seus mercados consumidores pressionavam os países “mais atrasados”, como o Brasil, em eliminar

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, 2004, p.34.

<sup>7</sup> Ibid., p.35-36.

o trabalho escravo. Diante dessa pressão, o governo entendeu que a abolição dos escravos seria inevitável, temia que sua pequena burguesia rural fosse prejudicada pelos ex-escravos e que os migrantes que chegassem ao país também se tornassem proprietários de terras. Diante disso, é que surge a Lei No. 601, de 1850, ou a conhecida, “Lei de Terras de 1850”. A partir dela, a simples ocupação não mais garantia o direito à terra, era preciso pagar por ela.

Segundo Martins<sup>6</sup> (1997, p. 14) a Lei de Terras “[...] tornou-se o oposto da Lei de Colonização, aprovada nos Estados Unidos, mais ou menos na mesma época. Lá as terras da fronteira, as terras do Oeste, foram abertas à livre ocupação dos colonos, mediante a supervisão e controle do governo”. Com a implantação da lei, a concentração de terras brasileiras foi mantida, por estabelecer como única forma de aquisição de terras a sua compra em leilões públicos. O acesso à terra estava condicionado ao pagamento em dinheiro e seus preços sempre eram elevados, dificultando assim, qualquer possibilidade de compra por aqueles que não fossem abastados. Dessa forma, verifica-se que nosso país seguiu o caminho inverso ao dos norte-americanos por conseguirem realizar uma reforma agrária que “[...] assegurou a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar”.

Vale ressaltar que pouco antes da aprovação da Lei de Terras, outra lei já proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Diante disso, a preocupação era como suprir a mão-de-obra para as grandes lavouras de exportação (principalmente de cana-de-açúcar e café). A solução encontrada foi buscar trabalhadores livres em outros países. “[...] A saída era, então, a promover a imigração de trabalhadores estrangeiros, especialmente europeus de países em que a expansão capitalista estava promovendo ampla expulsão de trabalhadores da terra e criando excedentes populacionais.”<sup>7</sup>

Esse cenário revela as verdadeiras intenções das leis ao criarem meios falsos de gerarem trabalhadores à procura de trabalho e, contraditoriamente, falta de terras para trabalhar num dos países com a maior disponibilidade de terras livres do mundo.

Por esse motivo, o autor é enfático ao afirmar que:

A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. Nessa época, porém, as elites, que eram ao mesmo tempo elites econômicas, políticas e intelectuais, ainda tinham uma ampla compreensão dos meios e fins envolvidos nos mecanismos sociais e políticos que criavam e manipulavam para exercer o poder<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> MARTINS, 1997, p. 14.

<sup>7</sup> Ibid, p. 16.

<sup>8</sup> Ibid, p. 16.

Foi desse modo que a burguesia rural pode resolver dois problemas de uma só vez: manter a mesma estrutura fundiária, impedindo o acesso da população desprovida de recursos financeiros e ainda garantir mão-de-obra para suas lavouras.

A forma de distribuição e acesso a terra no Brasil, foi desde o início desigual e essa estrutura fundiária sofreu poucas alterações. Oliveira (1991, p. 30) ressalta que no período colonial a distribuição foi desigual, privilegiando determinadas classes sociais e gerando latifúndios que persistem até hoje. Em 1940, 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 hectares ocupava 48% do total de terras, reunindo 95,5 milhões de hectares, enquanto a maioria, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares, ocupavam menos de 20% das terras, ou seja, 35,9 milhões de hectares. Décadas depois, em 1985, a concentração fundiária aumentou ainda mais: 164,7 milhões de hectares, 44% do total de terras, pertenciam a menos de 1% dos proprietários com área superior a 1000 hectares, enquanto 79,7 milhões de hectares, ou seja, apenas 21% do total de terras, correspondiam a mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares.

**Tabela 1 Estrutura Fundiária do Brasil, 2003**

Estratos área total hectares (ha)	Imóveis		Área Total		Área Média – hectares (ha)
	Nº. de imóveis	%	Hectares	%	
<b>até 10</b>	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
<b>de 10 a 25</b>	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
<b>de 25 a 50</b>	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
<b>de 50 a 100</b>	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
<b>de 100 a 500</b>	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
<b>de 500 a 1.000</b>	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
<b>de 1.000 a 2.000</b>	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
<b>mais de 2.000</b>	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
<b>TOTAL</b>	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

Fonte: Incra. II PNRA

Os dados mais recentes reafirmam o caráter concentrador do espaço agrário brasileiro. A Tabela 1- Estrutura fundiária do Brasil em 2003<sup>9</sup>, classificou os imóveis rurais em estratos que variam de até 10 hectares à mais de 2000 hectares para representar o número de imóveis

<sup>9</sup> Estatísticas do Meio Rural 2006, relatório elaborado pelo Dieese e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

existentes no país e a área ocupada pelos mesmos. As informações apresentadas revelam que a quantidade de propriedades com área de até 50 hectares somam 3.126.007 hectares, correspondentes à 73,7 %, portanto em quantidade de imóveis as pequenas propriedades são maioria. Com relação à área total ocupada, a discrepância entre as pequenas e grandes propriedades chamam a atenção porque os imóveis com até 50 hectares ocupam apenas 12% do território nacional, enquanto os imóveis acima de 1.000 hectares dominam 43,7 % do total.

Criticando a estrutura fundiária brasileira por sua injusta distribuição de terras, onde uma minoria privilegiada detém grande área territorial e possui as maiores propriedades, Martins (1991, p.43), diz:

[...] a questão da propriedade da terra no Brasil e a situação das pessoas que nela trabalham ou dela precisam para trabalhar, é hoje extremamente grave. Se levarmos em conta que, provavelmente muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade estaremos diante de uma concentração fundiária ainda maior. Além disso, a propriedade da terra vem se tornando inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar e não para negociar.

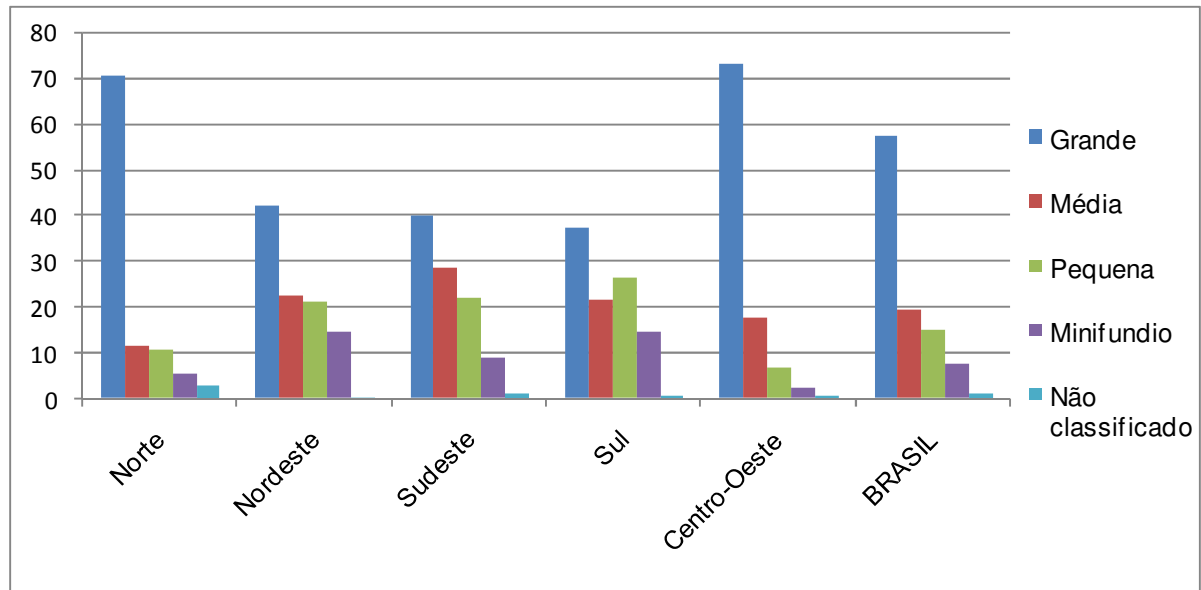
Ao nos debruçarmos sobre as regiões brasileiras, verifica-se que a estrutura fundiária reafirma seu traço: a desigual concentração de terras. Oliveira (1991, p. 32), afirma que tal fato ocorre porque “Essa desigualdade está assentada historicamente nos momentos distintos em que essas regiões conheceram a ocupação”.

Décadas se passaram e a estrutura fundiária no Brasil permaneceu a mesma. Os latifúndios não conseguiram promover o crescimento econômico, o custo de produção dos alimentos se elevou, os problemas sociais se acentuaram e o país entrou em uma crise política e institucional que levou mudanças para o campo, principalmente nas relações de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição da área total dos imóveis rurais no Brasil e nas grandes regiões. Esses dados referem-se a 1998 e mostram que 57,4% da área total dos imóveis rurais no país são ocupados por grandes propriedades; 19,2% por médias propriedades, 14,7 % por pequenas e 7,5% pelos minifúndios.

Dentre as regiões, o Sudeste, da qual pertencem São Paulo e Minas Gerais - estados que foram objeto de nossa pesquisa - constatamos que a concentração fundiária também se faz presente: 39,7% da área total dos imóveis são ocupados por grandes propriedades; 28,4% à média; 21,8% às pequenas propriedades e apenas 8,9% aos minifúndios. Assim, o Norte, Nordeste e Centro-Oeste são as regiões com a maior quantidade de latifúndios, como apresentado no Gráfico 1 - Distribuição da área total dos imóveis rurais Brasil e Grandes Regiões.

**Gráfico 1 - Distribuição da área total dos imóveis rurais<sup>A</sup> por categoria- Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)**



Fonte: INCRA, II PNRA  
Org.: PEREIRA, V.R., 2008.

Observações: (A) *Imóvel Rural*, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: 1) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m<sup>2</sup> não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro. 2) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada.

-*Grande* - Imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais;

-*Médio* - Imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

-*Pequeno* - Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

-*Minifúndio* - Imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal.

-*Módulo Fiscal* - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: a) tipo de exploração predominante no município; b) renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; d) o conceito de propriedade familiar.

O cenário agrário apresentou novos contornos somente a partir de 1950, por meio da modernização das atividades agrícolas. Essa modernização teve por objetivo aumentar a lucratividade, com a mecanização, que diminuía o trabalho manual, utilizava de defensivos agrícolas e sementes melhoradas. Assim, a agricultura brasileira passou por uma intensa transformação entre 1965 a 1985. Com a modernização do campo promovida pelos governos militares ocorreram intensas mudanças no meio rural que favoreceram a agricultura capitalista e mais uma vez manteve a mesma estrutura fundiária.

[...] Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje. (FERNANDES, 1998, p. 2)

Martins <sup>10</sup>(1997, p. 21) observa que nos anos 1950, para melhorar a qualidade do café e aumentar a produtividade e visando o exigente mercado internacional o governo também estimulou a “[...] substituição dos cafezais velhos e deficitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, por outros cultivos ou por pastagens. Foi o chamado programa de erradicação do café, que se completou no começo dos anos sessenta”. Dessa maneira, um novo problema se instala: a expulsão dos colonos das fazendas de café, que marcava o fim do “[...] regime de colonato que nascera no fim do tráfico de escravos e que durava cerca de setenta anos[...]”.

Por esses motivos, o autor ressalta que o campo sofreu várias mudanças que levaram ao surgimento de um trabalhador denominado “proletário agrícola”, ou seja, aquele “[...] que já não reside na propriedade de quem ocasionalmente - o fazendeiro - compra a sua força de trabalho em troca de salário”<sup>11</sup>.

Assim, com a tarefa de resolver esse problema e promover uma “modernização nas relações de trabalho”, é aprovado em 1962 o Estatuto do Trabalhador Rural prevendo vínculos de trabalho por meio de contrato e o fim dos “vínculos de dependência pessoal, de favor.” ( MARTINS, 1997, p. 22).

Nesse sentido, Silva (1999, p. 76-77) acrescenta que o estatuto do trabalhador rural:

[...] além de não diferenciar os trabalhadores, a partir da eliminação do hibridismo (parceiros, arrendatário, posseiros etc) colocava os direitos como a chave para a produção de trabalhadores livres, no sentido marxiano. No entanto, é preciso observar que este discurso é ideológico, na medida em que escamoteava as reais condições dos trabalhadores [...]

O resultado disso foi nada positivo para grande parte da população rural, que foi expulsa pelos proprietários rurais e gerou um grande excedente de mão-de-obra. “[...] Surge, assim, um enorme problema nacional que é o problema dos excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para os quais não existe lugar estável de trabalho e vida,

---

<sup>10</sup> MARTINS, 1997, p. 21.

<sup>11</sup> Ibid, p.22.

que são absorvidos pela economia marginal e precariamente.” (MARTINS<sup>12</sup>, 1997, p. 22) Desse modo, a alternativa encontrada por essa população foi refugiar-se na periferia de grandes cidades ou tornar-se um trabalhador volante, vendendo sua força de trabalho temporariamente.

Pouco tempo depois, em 1964 o governo militar aprova uma nova lei, o Estatuto da Terra que distinguia as propriedades rurais não apenas pelo tamanho, mas pela intensidade de utilização, ou seja, de acordo com o uso social da terra.

Essas leis, na verdade foram criadas no sentido de conter os movimentos sociais, pois entre as décadas de 1950 e início de 1960, começam a aparecer no campo, movimentos políticos e sociais como as Ligas Camponesas no Nordeste, que contestavam a desigualdade social, a concentração fundiária existente no Brasil e reivindicavam a realização de reforma agrária.

Almeida e Paulino (2000, p.123) ressaltam que existiram várias lutas contra o latifúndio e a exploração, mas apenas as “[...] Ligas Camponesas conseguiram colocar os conflitos do campo brasileiro na agenda nacional. As Ligas foram a verdadeira expressão das tensões e injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais em toda história de desigualdades.”

Por essas razões Martins (1997) afirma:

O nosso problema agrário está aí: uma área enorme de terra subutilizada ou não utilizada, em boa parte empregada de modo impróprio ou especulativo, sobretudo como reserva de valor. Ao mesmo tempo, uma grande massa humana vitimada e penalizada pelos mecanismos de exclusão,[...] os mesmos instaurados no século XIX, e que agora excluem o acesso à terra e, ao mesmo tempo, não estão articulados com os mesmos mecanismos de reabsorção dos excluídos[...]<sup>13</sup>

O homem do campo perde seu principal instrumento de trabalho: a terra e, o poder público que deveria assegurar seus direitos, na verdade, teve um papel decisivo para a expulsão de um grande número de pequenos agricultores:

[...] a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas.<sup>14</sup>

Desse modo, a questão agrária se acentua considerando que “[...] muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade estaremos diante de uma concentração fundiária ainda maior. Além disso, a propriedade da terra vem se tornando

---

<sup>12</sup> MARTINS, 1997, p.22.

<sup>13</sup> Ibid., p. 25.

<sup>14</sup> Id., 1991, p. 50.

inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar e não para negociar”. (MARTINS<sup>15</sup>, 1991, p.43)

Impedido de ter sua terra para trabalhar ou por dificuldades em “viver exclusivamente dela”, o lavrador é obrigado a vender a sua mão-de-obra, geralmente para grandes empresas capitalistas que possuem extensas propriedades e que transformaram a terra em mercadoria de alta lucratividade. Daí a “necessidade” de expropriar e explorar o agricultor, “ [...] porque só o trabalho é capaz de criar riqueza [...] na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital [...]”. E, para que isso ocorra, “[...] é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista<sup>16</sup>”.

Esta é uma das marcas do contraditório avanço do capitalismo no campo: um crescimento econômico, voltado para as grandes propriedades que suprime cada vez mais o pequeno agricultor, transformando-o em assalariado que, na maioria das vezes precisa migrar para locais distantes numa trajetória de luta pela sobrevivência. Para Gaudemar (1977, p.190), “[...] o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre”.

De outro lado, Oliveira (2004), explica que o desenvolvimento do capitalismo é gerado pelo processo de produção, que conduz à reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra, envolvendo a circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É nesse movimento contraditório de construção, destruição, que as formações territoriais em diferentes partes do mundo acontecem e faz com que surjam áreas com diferentes características - as regiões. Assim, “[...] ao mesmo tempo que o capital se mundializou, mundializando o território capitalista, a terra se nacionalizou [...]”. A contradição própria do sistema representa uma “[...] possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidade históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária”, ou

---

<sup>15</sup> MARTINS, 1991, p.43.

<sup>16</sup> Ibid., p.51.



seja, a terra.[...]” Em síntese, “[...] o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional.[...]”(OLIVEIRA<sup>17</sup>, 2004, p. 41).

Essas colocações caracterizam o processo de territorialização do capital aliado ao desenvolvimento da agricultura capitalista, por meio da industrialização “[...] que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra [...]”<sup>18</sup>.

Por outro lado, mesmo com o andamento desse processo a agricultura camponesa tem conseguido se desenvolver:

[...] o campo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.<sup>19</sup>

Ao esclarecer mais sobre o tema, o autor acrescenta que o capital monopolista pode se territorializar no campo, ou contraditoriamente, monopolizar o território sem, entretanto territorializar-se:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capital/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. [...]<sup>20</sup>

O cenário das desigualdades do campo brasileiro deu origem à numerosos conflitos pela posse da terra, bem como movimentos sociais que lutaram para melhorar a distribuição da terra e as condições de trabalho. Segundo Piletti e Mosolino (1999, p. 57), entre os exemplos que podem ser lembrados temos: a sindicalização rural a partir da Revolução de 1930, as ligas camponesas no fim dos anos 1950 e início da década de 1960; o ressurgimento dos movimentos sociais no campo nos anos 1980-90, após o período de repressão da ditadura militar (1964-1985), com a organização e a expansão do Movimento dos Seringueiros e dos

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, 2004, p.41

<sup>18</sup> OLIVEIRA, 2004, loc. cit.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, 2004, loc. cit.

<sup>20</sup> Ibid., p.42.

Povos da Floresta, no norte do país, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em defesa do direito de acesso à terra, a maior expressão dos movimentos sociais brasileiro é hoje o MST que se destaca por sua atuação em todo território nacional:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito. (FERNANDES<sup>21</sup>, 1998, p. 17)

Assim, o movimento de luta pela terra tem o propósito de combater as desigualdades do espaço agrário e que foram intensificadas pelo processo de “modernização no campo”. O autor acrescenta que “Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração<sup>22</sup>[...]”.

Oliveira (2004, p. 151) ainda diz que “[...] a luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pela territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa”. Desse movimento temos as inúmeras mudanças que fazem o camponês se ajustar, descobrindo novas maneiras de continuar se reproduzir.

Nesse sentido, grande parte da população rural tem uma história de migrações pelo território brasileiro, deslocando-se para outras regiões em busca de condições que tornem possível sua sobrevivência como camponês e/ou como trabalhador assalariado.

---

<sup>21</sup> FERNANDES, 1998, p. 17.

<sup>21</sup> Ibid., p.11.

### 3. TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E AS MIGRAÇÕES INTERNAS

A história do Brasil é fortemente marcada pelo deslocamento da população dentro do território nacional. Em busca de trabalho e melhores condições de vida, milhões de trabalhadores decidem migrar para assegurar sua subsistência.

Os movimentos migratórios sempre estiveram atrelados ao modelo econômico brasileiro, que no início era voltado para a produção de produtos primários, destinados à exportação, e hoje, para o setor industrial ou agroindustrial. Assim, dentre os grandes deslocamentos internos que marcaram a história do país no século XX tivemos a expansão da fronteira agrícola e o processo de industrialização.

As migrações estimuladas pela fronteira agrícola, ou frente de expansão, ocorreram por meio de projetos públicos e ou particulares. Para Patarra (1983, p. 50-51), a expansão da economia cafeeira, na década de 1930 para o Estado do Paraná, proporcionou um grande deslocamento interno desenvolvido por empresas colonizadoras particulares, muitas delas até de outros países, que contribuíram para a criação de inúmeras pequenas e médias propriedades. Essa frente de expansão teve êxito graças à experiência dos colonos, à proximidade dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, ao bom preço do café e ao solo de qualidade. Com isso, no censo demográfico dos anos 1940-70, a população paranaense teve altas taxas de crescimento, registrando 5,5% entre 1940-50; 7,3% entre as décadas de 1950-60 e 5% entre 1960-70.

Durante a década de 1940, um segundo momento da expansão da fronteira agrícola em direção à região Centro-oeste do país, introduziu na região o cultivo de produtos, visando o mercado inter-regional e também elevou as taxas de crescimento populacional, que ficou entre 4,0% e 6,5% no período de 1950-60.

Nos anos de 1950, quase metade, 47,6% dos 10,8 milhões de migrantes rurais brasileiros pertenciam à região Nordeste. O êxodo rural nordestino pode ser atribuído, segundo Camarano e Abramovay (1997), aos sucessivos ciclos regionais de movimentos rural-urbanos e em decorrência de vários fatores, entre eles a construção da Belém-Brasília, da nova Capital Federal, das grandes migrações para as áreas metropolitanas - como Rio de Janeiro e São Paulo - e as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste.

Deste processo, o terceiro momento de expansão foi a tentativa frustrada de transferir a população para a Amazônia. Nas décadas de 1960-70, a ocupação foi estimulada pelo governo através de projetos oficiais, como a construção da rodovia Transamazônica:

[...] A idéia básica era a de assentamento de um grande número de pequenos produtores; afirmava-se que nos projetos de colonização dirigida alcançariam absorver cerca de 100 mil famílias entre 1970-74 e um milhão de famílias até 1980, ou seja, um contingente maior do que cinco milhões de pessoas durante a década. (PATARRA, 1983, p. 51-52)

O desenvolvimento da indústria brasileira, que se verificou a partir de 1930, e intensificou na década de 1950, redistribuiu a população pelo território e acentuou as desigualdades regionais e, além disso, o país ingressou num grande processo de êxodo rural, e aumento da concentração fundiária.

### **3.1. A concentração fundiária e o êxodo rural**

A partir da década de 1960 verificamos a continuidade dos deslocamentos populacionais, particularmente no meio rural, causados pela modernização da agricultura e o aumento da concentração fundiária.

A década de 1960 também foi marcada pelo êxodo rural no Sudeste, atingindo 6 milhões de pessoas, constituindo um período de grande emigração. Já na década seguinte, 1970, temos a continuidade desse processo no Nordeste e novamente no Sudeste. Neste período, na região Nordeste cerca de 5 milhões de pessoas deixaram a zona rural enquanto no Sudeste, a mecanização, a pecuarização e a continuidade a dissolução das colônias de café e a formação de um mercado de trabalho urbano provocou o êxodo rural de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. De outro lado, com relação à região nordeste, “[...] nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura [...]” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997, p.13), pois neste caso o fenômeno migratório esteve associado à pecuarização e principalmente, à expulsão generalizada dos trabalhadores dos engenhos e às oportunidades de migrações para regiões que não exigiam mão-de-obra qualificada.

No mesmo período, Patarra (2003, p.25) ressalta o rápido êxodo rural na região Sul, provocado pelos subsídios e incentivos econômicos do poder público mobilizado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão de obra no

campo. Nessa região aproximadamente 2 milhões de habitantes (45,5% da população rural) deixaram suas áreas rurais.

Quanto ao Centro-Oeste a população rural vivenciava um movimento inverso da década anterior (1960) e iniciava um declínio em números absolutos, declínio esse que se acentua na década posterior; de valores superiores a 6,8% nos anos 60 e 4,1% nos 70, cai para níveis próximos aos 3% na década de 80 (CUNHA, 1997 apud PATARRA, 2003)

Camarano e Abramovay (1997, p. 2), apontam que o Brasil vive uma “desruralização progressiva”, ou seja, desde a década de 1970 o campo tem diminuído sua população relativa e absoluta, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional. Além disso, esse esvaziamento populacional são atribuídos aos movimentos migratórios aliado à queda de fecundidade rural. A Tabela 2 - Estimativas de saldo migratório rural-urbano e taxas líquida de migração: Brasil- 1950/95 mostra que até a década de 1980 o êxodo rural foi progressivo, com uma taxa líquida de migração de aproximadamente 40% nos anos 1970/80, ou seja, neste período mais de 14 milhões de pessoas que moravam no campo migraram para as cidades.

Também na Tabela 2, observamos que nos anos 1980/90 a população que saiu do campo foi expressiva: mais de 12 milhões de pessoas, correspondendo à uma taxa líquida de migração de 31,4%. Na década seguinte, 1990/95, a migração rural-urbana apresentou uma sensível diminuição, com uma taxa líquida de 29,3%, ou seja, cerca de 5,5 milhões de pessoas deixaram o campo

Para analisarmos o êxodo rural entre as regiões brasileiras, a Tabela 3 - Estimativas de saldo líquido migratório por regiões e sua distribuição proporcional - 1950/95, mostra que a população nordestina apresentou em quase todos os períodos - exceto nos anos 1960 - as taxas mais elevadas de migração rural-urbana. Na região Sudeste, à qual pertence Minas Gerais, principal estado de origem dos migrantes sazonais de nossa área de pesquisa, o saldo líquido migratório mais elevado ocorreu na década 1960/70 quando mais de 6 milhões de pessoas, deixaram o campo. Nos períodos seguintes o êxodo rural diminui gradativamente, chegando ao período de 1990/95 a pouco mais de 1 milhão de pessoas, ou seja, o saldo líquido migratório de 52,7% em 1960/70 passou para 18% em 1990/95.

Vários estudos apontam que a partir de 1980, ocorreram muitas transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil atribuídas ao menor crescimento das metrópoles, predomínio de migrações em distâncias menores e entre as regiões, no crescimento das cidades de porte médio entre outros fatores de ordem econômica e

**Tabela 2 - Estimativas de saldo líquido migratório rural-urbano e taxas líquidas de migração: Brasil — 1950/95<sup>i</sup>**

Período	Saldo			Taxa líquida de migração (%) <sup>a</sup>
	Homens	Mulheres	Total	
<b>1950/60</b>	-4.839	-5.984	-10.824	-33,5
<b>1960/70</b>	-6.318	-5.146	-11.464	-29,9
<b>1970/80</b>	-6.959	-7.453	-14.413	-34,1
<b>1980/90</b>	-5.621	-6.814	-12.135	-31,4
<b>1990/95<sup>b</sup></b>	-2.696,0	-2.959,4	-5.654,4	-29,3

Fonte: Camarano e Abramovay (1999, p.03).

Org. PEREIRA, V.R., 2008.

**Tabela 3 - Estimativas de saldo líquido migratório por regiões e sua distribuição proporcional - 1950/95<sup>ii</sup>**

	(Em mil hab e %)									
	1950/60		1960/70		1970/80		1980/90		1990/95	
<b>Norte</b>	-297,2	2,70	-362,7	3,2	125,1	-0,9	271,6	2,2	-467,1	8,1
<b>Nordeste</b>	-5.009,9	46,3	-3.083,9	27,0	-4.912,0	34,1	5.419,5	44,6	-3.154,10	54,6
<b>Sudeste</b>	-3.895,0	36,6	-6.011,4	52,7	-4.512,2	31,3	-3.126,5	25,7	-1.043,10	18,0
<b>Sul</b>	-1.397,5	12,9	-1.624,3	14,2	-4.184,8	29,0	-2.695,0	22,2	-808,4	14,0
<b>Centro-Oeste</b>	-224,5	2,1	-329,9	2,9	-929,1	6,4	-1.175,1	9,7	-308,6	5,3
<b>Brasil</b>	-10.824,1	100	-11.412,2	100	-14.413,5	100	-12.144,5	104	-5.781,30	100

Fonte : Camarano e Abramovay (1999, p. 07)

Org. PEREIRA, V.R., 2008.

<sup>1</sup> Dados brutos do IBGE (vários censos demográficos). Estimativas realizadas pelos autores.

*a* O denominador é a população do começo do período.

*b* Taxa decenalizada para permitir a comparação

<sup>1</sup> O Saldo Líquido Migratório corresponde à diferença entre imigração e emigração. Mais detalhes ver: CUNHA, 2006.

social, que nos fazem pensar se essas mudanças ainda seriam reflexos das influências deixadas pela concentração ou desconcentração industrial.

Este povo desenraizado segue o roteiro ditado pelo desenvolvimento do capitalismo. Constitui verdadeiro exército de reserva, seja para desbravar novas terras, seja para alimentar o crescente desenvolvimento da indústria, seja para trabalhar em grandes obras: hidrelétrica, construção civil, estradas, exploração de minérios, seja para incrementar a agroindústria da cana, da soja etc.[...] (MENEZES; GONÇALVES, 1986, p. 18)

Em tempos mais atuais, o censo demográfico do IBGE de 2000 mostrou que 137.669.439 habitantes residiam na zona urbana, ou seja, 81,22% do total da população brasileira, e em 2005 esse percentual passou para 84,2%.

Décadas anteriores, nos anos de 1960, 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade e em 1970 esse número saltou para 15,5 milhões. Os dados revelam que desde 1970, a população rural passou a ser minoritária. Dessa maneira, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana. Na região Sudeste esse fenômeno é mais expressivo, mostrando o crescimento da cidade em detrimento do campo. Sozinha, a região concentra 72.282.411 habitantes, ou seja, 42,6% da população do país, e tem um percentual de urbanização da ordem de 90,52%. Além disso, tal fato se acentua no estado São Paulo, dos 36.966.527 de habitantes quase um terço destas aglomeram-se no município da capital.

Com relação aos anos de 1980, uma grave crise atingiu o país levando-o à estagnação econômica. De acordo com Moura e Moreira (1997 apud PATARRA, 2005, p. 55) as migrações entre as regiões diminuíram a partir de 1980, proporcionadas “[...] pelas mudanças nas formas de ocupação das áreas de fronteira, envolvendo a incorporação de vastas extensões de terra por modernos empreendimentos agro-pecuários, utilizadores de tecnologia avançadas voltadas exclusivamente para o mercado”.

Essa crise afetou diretamente o mundo do trabalho, aumentando o desemprego, a informalidade, modificando relações de trabalho e conseqüentemente o fluxo migratório:

A busca de entendimento das relações entre os movimentos migratórios e distribuição espacial da população, nesse período, está marcada por sua relação com os efeitos simultâneos de desigualdades estruturais e conjunturais de crise [...] De fato, a partir dos anos 80 pode-se observar uma desaceleração contínua do ritmo de crescimento populacional metropolitano. O Brasil metropolitano dos anos 90 cresce menos que em décadas anteriores e menos ainda que as áreas urbanas do país. (PATARRA, 2005, p.55)

Verificamos que no Brasil os movimentos migratórios são conseqüentes do realinhamento territorial das atividades econômicas e das características do desenvolvimento urbano-industrial do país. Dessa forma, as articulações econômicas provocaram no meio rural,

tanto situações de expulsão de população derivadas da introdução de formas capitalistas de produção e da concentração fundiária, como situações de incorporação no segmento urbano, quer na condição de assalariados, quer ainda pela multiplicação de formas não capitalistas de produção recriadas pelo próprio movimento de acumulação.

A concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população, já apontavam o sentido que iriam assumir os expressivos movimentos migratórios que se estendem até os anos 70. A dimensão da migração interna revela a intensa mobilidade social que caracterizou o período de rápido crescimento da economia brasileira e, é ainda maior quando se contabiliza a migração rural-urbana de todas as regiões.

Mesmo que as migrações reflitam processos complexos - com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano, seus principais determinantes podiam ser apreendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região. Em grande parte a expulsão do campo era consequência da concentração da estrutura fundiária:

Dados oficiais indicam que há hoje no país cerca de 40 milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu local de origem, devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura.”(MARTINS, 1991, p.45)

A incapacidade da economia de reter a população expulsa de suas propriedades rurais impulsionava a migração interestadual, quer para as fronteiras agrícolas, quer, sobretudo, em direção às áreas urbanas do Sudeste. Por outro lado, a tecnificação incipiente da agricultura, aliada a transformações de ordem demográfica e social no campo, possibilitou uma intensa elevação da migração de origem rural.

[...] Em virtude do preço exorbitante da terra nos seus lugares de origem, esses agricultores não têm condições de ampliar as suas próprias oportunidades de trabalho e de garantir a seus filhos, que crescem e constituem família, a possibilidade de continuarem na lavoura. Só lhes resta migrar.”(MARTINS, 1991, p.47)

Corroborando, Póvoa Neto (1997, p. 9), fala da geração de trabalhadores excedentes como uma forma de acumulação de capital, onde a migração funciona como fio condutor desse processo:

O capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca de trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência da acumulação de capital. [...]



É neste contexto que analisamos as migrações, como um processo que se intensifica no campo, seguindo as regras ditadas pelo modo de produção vigente e que colocam o trabalhador em movimento, para áreas onde o capital se concentra.

Nesse sentido, Gaudemar (1977, p. 277) ressalta que:

O capital não só provoca a procura de trabalho de quem tem necessidade, mas produz também a oferta, pela criação ininterrupta de operários supranumerários. Assim, satisfaz as suas necessidades imediatas e futuras, num vasto movimento de especulação sobre a força de trabalho. A sobrepopulação relativa está assim para a força de trabalho como as reservas financeiras para o capital-dinheiro. Nem a oferta nem a procura de trabalho são movimentos independentes do capital, ‘o capital age dos dois lados ao mesmo tempo’[...].

Com a expansão do capital sucroalcooleiro no estado de São Paulo, a migração revela mais uma face desse processo: a utilização de mão-de-obra temporária ou sazonal para realizar a colheita de cana-de-açúcar. Dessa forma, a agroindústria canavieira recruta homens de outras regiões para realizar um serviço que nem sempre é do interesse de boa parte dos trabalhadores locais e, os migrantes contratados constituem uma mão-de-obra muito vantajosa para o capital devido a vários fatores que conheceremos adiante.

### **3.2. Trabalho temporário: nova tendência da migração interna?**

Segundo Martins (2003), a migração temporária ou sazonal, não é um fenômeno novo e nem exclusivo do Brasil. Existem registros que datam do século XIX, quando muitos trabalhadores migraram para a colheita de café no estado de São Paulo.

[...] No fim do século passado e início deste, governantes e fazendeiros de café já tratavam de organizar viveiros de mão-de-obra para o trabalho temporário da colheita, redutos dos chamados trabalhadores volantes. [...] Na mesma época, a ‘migração golondrina’ permitia que trabalhadores italianos fossem colher trigo na Argentina e retornassem, em seguida, à sua parcela camponesa na Itália [...] (MARTINS<sup>23</sup>, 2003, p.45).

Apesar de não ser recente, a migração temporária é uma questão preocupante porque a quantidade de trabalhadores migrantes temporários tem aumentado consideravelmente em relação ao número de trabalhadores permanentes. Essa situação acentuou-se, entre outros fatores, porque “[...] os grandes proprietários de terra encontraram outros meios de resolver a carência de mão-de-obra, por meio do trabalho sazonal e da tecnificação de etapas do processo de trabalho<sup>24</sup>”.

---

<sup>23</sup> MARTINS, 2003, p. 45

<sup>24</sup> Ibid., p. 40

Mas, afinal, quem são e de quantos brasileiros estamos falando?

Para responder essa questão recorreremos aos censos, à PNAD<sup>25</sup>, mas os dados censitários não conseguem identificar com precisão quanto são os trabalhadores que migram temporariamente. Isso ocorre porque esses migrantes “fazem este itinerário completo em período de tempo inferior à um ano e, apesar da sua importância, não são detectados, como tais, pela PNAD ou mesmo pelo censo demográfico”. (BRITO; CARVALHO, 2006, p. 14)

A Igreja Católica possui inúmeros trabalhos sobre os migrantes e por isso é um importante referencial sobre as migrações, principalmente no interior paulista, onde predomina a contratação de mão-de-obra temporária. A Pastoral dos Migrantes de Guariba-SP, por exemplo, produziu um documento<sup>26</sup> referente ao período de 2001 – 2003 e estimou em 200 mil o número de trabalhadores migrantes durante as safras agrícolas.

Assim, recorrendo à informações e dados não oficiais, como relatórios de igrejas e notícias de jornal, Martins (1988, p.47-48) identificou sete tipos de migrantes que, de forma sintética, descrevemos abaixo:

1. Trabalhadores rurais que migram temporariamente para as cidades em busca de trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços.
2. Indígenas que migram temporariamente para as cidades em busca de trabalho e de recursos para garantir a sobrevivência das condições tribais em seus lugares e aldeias de origem.
3. Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra em suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões.
4. Trabalhadores assalariados que se afastam de seus locais de residência por vários dias ou semanas, levados pelo “gato”, para trabalhos temporários.
5. Camponeses e, sobretudo filhos de camponeses, levados do Maranhão, de Goiás e de outras regiões para trabalhar como peões na derrubada de mata e formação de fazendas, em regime de peonagem, na região amazônica e mesmo em regiões pioneiras do sul.
6. Trabalhadores rurais e urbanos levados como peões assalariados para trabalhar na construção de estradas e na construção de usinas hidrelétricas.
7. Camponeses que, na entressafra agrícola, trabalham como garimpeiros.

---

<sup>25</sup> A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é realizada pelo IBGE.

<sup>26</sup> PASTORAL DOS MIGRANTES / GUARIBA- Dossiê: 2001 - 2003 “Rota da mobilidade humana para o Interior Paulista”. Diocese de Jaboaticabal – SP.

As sete categorias apresentadas retratam a mobilidade do trabalho ocasionada pelos interesses capitais, como Gaudemar (1977, p. 278) já havia afirmado, “[...] Os homens não se deslocam, portanto [...] por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital; exigências que, porque o capital se estabeleceu como modo de produção dominante, são também as suas, isto é, as exigências de sua subsistência”.

Nesse sentido Martins (1988), conclui que:

[...] Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando se está chegando, voltar quando se está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS<sup>27</sup>, 1988, p. 45)

Corroborando Póvoa Neto (1997, p. 19) nos lembra:

[...] A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência da acumulação de capital. A migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico. Ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organização sócio-espaciais específicas.

Ao analisar o processo de migração sazonal, Martins<sup>28</sup> considera três tipos de migrações temporárias: a migração cíclica, com seu tempo certo de saída e retorno; a migração regulada pelo calendário agrícola da lavoura do próprio migrante e as migrações determinadas pelo ritmo das grandes obras (como a construção de barragens).

Diante da atual expansão do capital sucroalcooleiro atentamos para a migração cíclica, que melhor se aplica ao atual movimento dos trabalhadores dos canaviais paulista: “[...] As situações mais significativas de migração temporária que podem ser encontradas no Brasil mostram que a migração temporária é, contraditoriamente, um modo de desatar os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar<sup>29</sup>”.

Outro problema da migração temporária é o choque entre os calendários agrícolas da agricultura familiar e da cultura dominada pelo capital. A invasão do capital na agricultura camponesa retira o trabalhador rural de sua roça no período em que deveria dedicar-se à ela, pois “[...] No que respeita ao recrutamento da mão-de-obra temporária, o ciclo da cultura

---

<sup>27</sup> MARTINS, 1988, p.45.

<sup>28</sup> Ibid., p. 49.

<sup>29</sup> Ibid., p. 50

diretamente dominada pelo capital - como é o caso da cana-de-açúcar em Pernambuco e São Paulo - invade o ciclo da agricultura familiar, respectivamente do Agreste pernambucano e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais”(MARTINS,<sup>30</sup> 1988, p.51).

Décadas se passam e em 2008 ainda presenciamos a mesma situação. Trabalhadores de origem rural, a maioria de Minas Gerais que durante a safra deixam seu sítio para enfrentar o trabalho temporário em São Paulo. Desse modo, “[...] De um lado, o migrante temporário sai de casa para trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições da sua sobrevivência como camponês. A necessidade de migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência<sup>31</sup>”.

Menezes e Gonçalves<sup>32</sup> (1986, p.19), acrescentam que existem milhões de trabalhadores que perderam o vínculo com a terra, ficando “liberados” para servir aos interesses do capital: “Resulta de tudo isso um vaivém de todo um povo que, depois de ter perdido a sua raiz na terra, migra várias vezes atrás de uma sobrevivência cada vez mais difícil”. Além disso, é sabido que “A lógica do capitalismo requer um grande ‘exército de reserva’ – enorme contingente de desempregados /subempregados - para perpetuar uma exploração ao máximo e elevar os lucros das empresas. É o campo o principal abastecedor dessa massa de ‘desocupados’ e é a migração a forma pela qual o campo libera braços [...]”<sup>33</sup>.

Seguindo nessa direção as migrações temporárias se acentuam no campo brasileiro, pois “[...] parte dos trabalhadores temporários é constituída de pequenos proprietários que, devido às condições insuficientes de sobrevivência, são obrigados à migrar temporariamente em busca das safras agrícolas<sup>34</sup>”.

Por outro lado, o deslocamento para São Paulo ou para o “Sul<sup>35</sup>” tem outra face, a estratégia de reprodução camponesa, ou seja, mesmo em condições tão adversas, o capitalismo “permite” contraditoriamente que a migração mantenha a pequena unidade de produção. Por esse motivo, Garcia Jr. (1989, p.150), afirma que “Ir para o Sul tornou-se a possibilidade para os agricultores desde o final dos anos 40: o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento doméstico [...]”.

Muito antes de Garcia Jr., Chayanov (1974) apontou essa estratégia em seu clássico *Unidade Econômica Camponesa*, ao estudar os agricultores russos do início do século XX.

---

<sup>30</sup> MARTINS, 1988, p. 51.

<sup>31</sup> Ibid., p. 52.

<sup>32</sup> MENEZES; GONÇALVES, 1986, p. 19

<sup>33</sup> Ibid., p. 61.

<sup>34</sup> Ibid., p.74.

<sup>35</sup> A palavra “Sul” é entendida como os estados que estão ao sul do Brasil, especificamente São Paulo, conforme abordado por Garcia Jr. (1989).

Preocupado com a estratégia de sobrevivência do camponês, característica mais comum dessas unidades de produção, ele ressaltou que a racionalidade da produção camponesa é definida pela satisfação imediata das necessidades de sobrevivência da família, portanto bem diferente da lógica de produção capitalista. Para o autor, a estratégia funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família se utiliza para alcançar seus objetivos, a fim de manter o equilíbrio do tripé: terra, trabalho, família.

Igualmente, Santos (1984 p. 148-149) ao estudar os colonizadores italianos no sul do Brasil apontou a existência do trabalho acessório<sup>36</sup> como estratégia de reprodução, por outro lado, o autor ressalva que a migração é uma “alternativa” diante das insatisfatórias condições de sobrevivência, destacando que esse movimento se divide em duas partes: “[...] aquele em que a migração representa uma reprodução do camponês como personagem social e seguinte, quando a migração representa a proletarização do camponês no meio urbano [...]”.

Considerando o exposto, Martins<sup>37</sup> (2003, p. 44) destaca a estranha e difícil situação vivida pelos camponeses nessa jornada de migração e trabalho:

[...] Curiosa contradição: quase sempre, o trabalhador migra para assegurar a permanência de seu pequeno mundo camponês; migra para assegurar com ganhos extraordinários as carências econômicas que já não podem ser supridas pela própria unidade familiar de produção - seja por deterioração das relações de troca, seja por declínio da fertilidade do solo ou da produtividade da força de trabalho. Mas, ao voltar, só aparentemente tudo permanece como estava. O ausente e a ausência operam mudanças importantes nas relações sociais do grupo familiar e do grupo de vizinhança. [...]

Desse modo, apesar da migração ser o “caminho” para o agricultor e sua família manterem-se vinculados à terra, na verdade, o que ele tem conseguido é afastar-se dos dois elementos mais importantes de sua vida: o núcleo familiar e a terra:

[...] A migração temporária tem um efeito devastador sobre sua vida: rompe laços de familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no pequeno lote agrícola, próprio ou alheio, denuncia a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe uma vida nômade que *de-moraliza*, empobrece sua vida social [...]<sup>38</sup>.

Nesse sentido, discutiremos no próximo capítulo quais são os sentidos da migração de trabalhadores rurais para o interior paulista, considerando a contradição existente entre a

<sup>36</sup> O trabalho acessório é entendido como outras atividades econômicas realizadas fora da unidade camponesa, para complementação da renda familiar, conforme Santos (1984).

<sup>37</sup> MARTINS, 2003, p.44.

<sup>38</sup> Ibid., p.42.

exploração e a estratégia vivida pelos mineiros e como o capital influencia na sua decisão de migrar.

## 4. OS SENTIDOS DA MIGRAÇÃO DIANTE DA EXPANSÃO CANAVIEIRA: DO VALE DO JEQUITINHONHA PARA O INTERIOR PAULISTA

### 4.1. A origem: Vale do Jequitinhonha

Região localizada na porção nordeste do Estado de Minas Gerais, o Vale do Rio Jequitinhonha é frequentemente reconhecido pelo poder público e mídia como área de miséria e de estagnação econômica. Também chamado de “vale da fome”, caracteriza-se atualmente como um dos maiores fornecedores de migrantes sazonais para a agroindústria canavieira paulista. (VALIM, 2001, p. 32-33)

Se o fenômeno migratório é uma realidade que pertence aos períodos históricos mais recentes, no passado o Vale do Jequitinhonha atraiu muitas pessoas interessadas em explorar ouro e diamantes até o declínio da atividade, no final do século XVIII.

Segundo Botelho (2003), em meados do século XVIII, a descoberta dos primeiros veios auríferos e diamantíferos no Vale do rio Jequitinhonha proporcionou intensa ocupação na região, principalmente por meio de várias expedições. Outro fato, é que a região servia de caminho para o escoamento de diversos produtos (minerais e alimentos) que tinham como destino os estados de Rio de Janeiro e Bahia.

De certo modo, é possível repartir a região em duas zonas bem diferentes: alto e baixo Jequitinhonha. O baixo rio é marcado pela grande propriedade rural dedicada à criação extensiva de gado; o alto Jequitinhonha, situado acima da foz do rio Araçuaí, é caracterizado pelas grandes extensões de terras planas - as *chapadas* - apropriadas por empresas, contrastando com suas vertentes - as *grotas* - ocupadas pelos *terrenos* de agricultores familiares. Assim, os colonos fundaram vilas ao longo dos rios, de acordo com a ocorrência de minério. Da cabeceira à barra do rio Araçuaí surgiram cidades muito próximas: Minas Novas, Chapada, Berilo, Virgem da Lapa e Araçuaí. Nessas povoações se desenvolveram a agricultura familiar, artesanato e uma cultura popular muito rica, com muitas festas religiosas, mas após a decadência da atividade mineradora, na parte ocidental do Vale do Jequitinhonha, uma população que não possuía muitos recursos espalhou-se pela zona rural dando origem aos camponeses. (RIBEIRO; GALIZONI, 2000)

Um artigo de Silva<sup>39</sup>(2008), diz que esses locais ocupados pelos camponeses, as terras altas e baixas (as veredas, grotas, as chapadas) ofereciam recursos (água, terra, madeira, frutos silvestres) permitiram a sobrevivência desse campesinato por muito tempo. O cenário mudou no século XIX, quando a extração dos minerais entrou em declínio e a região sofre um esvaziamento populacional. Por outro lado, a cultura do algodão se expandiu, principalmente em Minas Novas e em suas proximidades, favorecida pela boa aceitação do produto no mercado europeu. Pouco tempo depois, novas áreas passaram a cultivar algodão e a atividade vai gradativamente perdendo sua importância no Vale do Jequitinhonha. É nesse momento, em meados do século XX, que o Estado passou a se “preocupar” com o desenvolvimento da região, promovendo ações para a utilização capitalista da terra e acarretando a expulsão dos camponeses.

Dessa forma, Moura<sup>40</sup> (1988, p. 07) ressalta que:

As mudanças econômicas ora em curso no Vale do Jequitinhonha caracterizam-se, de maneira marcante a partir da década de 60, por dois fatos simultâneos e complementares que devem ser vistos como marcos cheios de significação. Trata-se de impor bases diretamente capitalistas do uso da terra, valendo-se de relações de produção não especificamente capitalistas, frações camponesas da roça e morada permanente. [...].

Segundo a autora, não foi apenas a empresa florestal que expropriou os camponeses, mas a fazenda também. “[...] O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sítios, e a invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros [...]”<sup>41</sup>.

Outro fato que justifica a crítica de Moura trata-se do tipo de atividade desenvolvida nas fazendas: de unidades agropastoris passaram à pecuária extensiva que demanda poucos vaqueiros. Além disso, a fazenda é uma “parceira” do capital, pois “[...] A fazenda precisa da aliança com a empresa reflorestadora para sobreviver. Caso contrário, ela também estará ameaçada pelo grande poder econômico daquela [...]”<sup>42</sup>,

A partir dos anos 1960, com a ocupação e alteração no uso da terra principalmente pelas grandes empresas de reflorestamento (de eucaliptos) grande parte dos camponeses locais não conseguiam a subsistência mínima e dessa forma migrar para os Estados do Centro-Sul foi a única alternativa encontrada.

---

<sup>39</sup> O artigo “A terra no imaginário dos migrantes do Vale do Jequitinhonha, foi publicado pela Revista Eletrônica do NEAD, 2008.

<sup>40</sup> MOURA, 1988, p. 07

<sup>41</sup> Ibid., p. 03

<sup>42</sup> Ibid., p.04



[...] Os processos de expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e do Estado de São Paulo ocorridos sobretudo, a partir da década de 1960, tiveram a mesma origem: modernização da agricultura implantada no país, sobretudo pelos governos militares. Contudo, no Vale, a expropriação visou a terra e à sua transformação em propriedade capitalista. (SILVA<sup>43</sup>, 1999, p. 76)

A autora diz que graças à intervenção do Estado, com a criação da Rural Minas, que classificou as terras de chapadas como áreas devolutas, os governos militares, à favor de grandes empresas, desestruturaram a unidade grotas-chapadas, e, conseqüentemente, o mundo camponês. Dessa forma, na década de 1970, mais de 200 mil pessoas migraram definitivamente da região ou buscaram o trabalho temporário nos canaviais e cafezais do interior paulista.<sup>44</sup>

Ribeiro e Galizoni (2000) acrescentam, que nas proximidades do Araçuaí e a parte alta do rio Jequitinhonha ficou marcado pela migração e ela está relacionada à terra, mas, não tanto às condições de propriedade, porque o domínio da terra é incontestável na maioria das comunidades rurais. Essa migração é associada, principalmente, aos fatores de produção, meio ambiente, capacidade de exploração, ou seja, às condições gerais que propiciam a reprodução da população.

Como veremos adiante, essa situação persiste e pôde ser confirmada no interior paulista, com a presença de centenas migrantes que desde 2005 trabalham nas lavouras canavieiras.

## **4.2. O destino: canaviais do interior paulista**

O cenário atual mostra que a cultura da cana vem ocupando áreas que antes se dedicavam à pecuária ou produziam gêneros alimentícios, como café, arroz, feijão, milho, entre outros. Dessa forma, o aumento da área plantada e o funcionamento de novas usinas e destilarias, particularmente em São Paulo, transformaram o estado em importante pólo de atração de mão-de-obra durante a colheita de cana.

Como sabemos a monocultura da cana não é recente no Brasil, ela remonta ao período colonial e esteve presente em fases importantes da economia brasileira. Produzindo

---

<sup>43</sup> SILVA, 1999, p. 76.

<sup>44</sup> Idem, 2001.

açúcar para abastecer o mercado externo, o país enriqueceu uma burguesia que possuía latifúndios e utilizava, inicialmente, mão-de-obra escrava.

Nessas condições a estrutura agrária brasileira se formou, com grandes propriedades, pertencentes à uma elite que desenvolvia monoculturas de exportação, sempre apoiadas pelo poder público, enquanto as culturas de alimentação, geralmente feitas pelos pequenos agricultores em propriedades menores, eram relegadas ao segundo plano.

O tempo passou e ao que nos parece muito pouco mudou desde então.

Na década de 1970, houve um momento importante para a cultura canavieira, com a implantação do Proálcool, que frente à crise do petróleo, os fornecedores externos elevaram demasiadamente o preço do produto, obrigando o Brasil a diminuir as importações e produzir um novo combustível que atendesse à demanda interna. Foi um período áureo para os usineiros, que receberam subsídios públicos, aumentaram sua riqueza e ampliaram ainda mais suas terras. Instituído pelo Decreto 76. 593 de 1975, o Proálcool resultou, conforme Thomaz Júnior (2002, p. 76), “[...] no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. [...]”.

Se no período colonial o Brasil era o líder mundial na produção de açúcar e na década de 1970 tentou o mesmo como o álcool combustível, podemos dizer que hoje, o país pode ser considerado o principal produtor de etanol do mundo. As perspectivas são animadoras, porém até quando e quanto?

As bases que sustentam o crescimento da atual agroindústria são os mesmos da época colonial, ou seja, o latifúndio, a produção para atender demandas externas e a exploração do trabalhador.

Sabemos que o Brasil vivencia os anos 2006-2008, um período econômico muito favorável: o esgotamento dos recursos naturais, a necessidade mundial de utilizar fontes renováveis de combustíveis e graças ao Protocolo de Kyoto, que prevê a cooperação entre os países para reduzir a emissão de gases do efeito estufa e a possibilidade do governo brasileiro em ampliar o acesso a mercados. Além disso, com incentivos governamentais, bons preços do açúcar no mercado internacional e o aumento da produção de carros bi-combustível (movidos a álcool e gasolina) o setor sucroalcooleiro está desde 2000 em franca expansão.

Há muito tempo os países se empenham em produzir combustíveis que não sejam derivados de petróleo. A busca justifica-se por razões econômicas e ambientais. Econômicas para, prioritariamente, livrar-se da dependência externa e, ambientais porque o petróleo é um recurso não-renovável e a queima de combustíveis fósseis polui o meio ambiente,

contribuindo para o aumento do efeito estufa. Nessa perspectiva o Brasil se destaca no cenário mundial, produzindo combustível a partir da cana-de-açúcar.

Thomaz Júnior<sup>45</sup> (2002, p. 55-56) acrescenta que o Estado teve uma participação decisiva para o desenvolvimento do setor canavieiro:

[...] desde o início (a partir do século XVI) e de forma organizada institucionalmente em escala nacional, a partir de 1933, com a criação do IAA, sendo que, com o Proálcool, em 1975, tem-se o fortalecimento que dá corpo e feição à situação vigente. [...]

A participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como da fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas de atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho.

Outro fato importante é que desde 1965 a cana-de-açúcar é favorecida pela política de concessão de créditos subsidiados por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e permitiu um novo arranjo na agricultura: o CAI - Complexo Agroindustrial:

Poderoso instrumento fortalecido criado pelo governo militar, o SNCR empenhou-se em fortalecer as bases materiais para o crescimento econômico e a 'modernização' da agricultura brasileira. Todavia, seletiva e explicitamente voltado para os grandes proprietários de terra, viabilizou a internalização da agricultura aos setores industriais à montante (D1 agrícola) e a jusante (indústrias processadoras). O Estado viabilizou, então, o que se denominou Complexo Agroindustrial (CAI).<sup>46</sup>

O autor acrescenta que essa modernização “[...] associada à industrialização da agricultura e casada com a ‘revolução verde’-, potenciada e dirigida pelo Estado, via incorporação diferencial e seletiva do progresso técnico - intensificou a integração intersetorial por meio da constituição e consolidação do CAI, priorizando os produtos exportáveis [...]”<sup>47</sup>,

Os resultados desse modelo não são nada animadores, pois à longo prazo, os efeitos negativos na economia, na sociedade e no meio ambiente serão maiores do que os efeitos positivos. De acordo com o Relatório de Produção Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 a cultura da cana-de-açúcar cresceu 7% em relação ao ano anterior. O estado de São Paulo, onde a produção de cana é mais relevante, responde por cerca de 57% de toda a produção nacional.

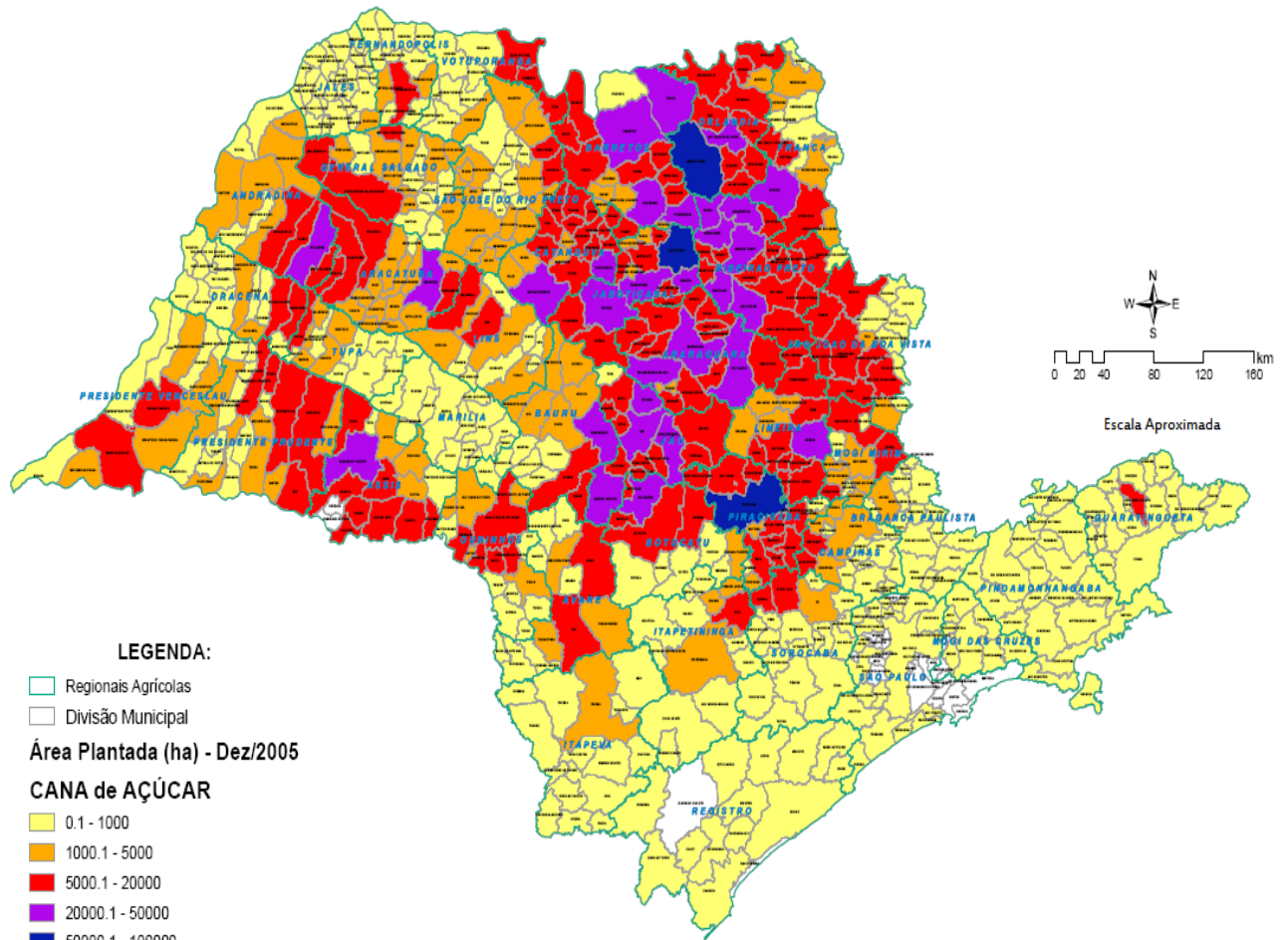
Desde 2002 o setor canavieiro se expande pelo Centro-Sul do país, especialmente no Estado de São Paulo com a instalação de dezenas de usinas produtoras de álcool e açúcar. Em

<sup>45</sup> THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 55-56.

<sup>46</sup> Ibid., p. 80.

<sup>47</sup> Ibid., p.82.

2005 a área ocupada pela cana em São Paulo, era de 3.084.752 hectares, a cultura com maior área plantada e colhida no estado.<sup>48</sup>



**Figura 1 - Mapa de exploração da cana-de-açúcar no estado de São Paulo**

Fonte: CATI e Ciagro

Org.: PEREIRA, V. R., 2008.

De acordo a Figura 1– Mapa de exploração de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, verificamos que em dezembro de 2005, a área plantada é maior nas porções noroeste, nordeste e centro-leste do estado, ou seja, apenas no sul a área plantada é a menor conforme representado pela cor amarelo claro. Já, na cor azul, que representa área plantada acima de 50.000 hectares, identificamos apenas três regiões, como é o caso de Piracicaba, situado na porção central do estado.

Em 2007, as perspectivas de produção estimam aumento na área plantada de 2%, totalizando 4,9 milhões de hectares cultivados, comparados aos 4,8 milhões no fechamento da safra passada. Quanto à produção, a estimativa aponta acréscimo de 5,2%, atingindo 344,8

<sup>48</sup> Indicadores IBGE, Estatística da Produção Agrícola, jun. 2007

milhões de toneladas, decorrente das novas áreas que estão entrando em produção, em relação aos 327,7 milhões de toneladas da anterior. A incorporação de cerca de 100 mil hectares em áreas novas mostra um crescimento menos acelerado no cultivo comparando-se às safras anteriores, quando tivemos saltos de até 300 mil hectares.<sup>49</sup>

A lavoura canavieira é uma das atividades que demandam grande quantidade de mão-de-obra. Conforme a Tabela 4 - Total de pessoal ocupado, segundo a atividade econômica principal, mostra que em 1995, do total de pessoal ocupado em diferentes atividades agrícolas, no estado de São Paulo, o número de empregos gerados pela cana-de-açúcar foi o mais elevado.

Com base nos dados da tabela 4, somamos o total de homens e mulheres empregados e tivemos os seguintes resultados:

- a cultura de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, ocupou em 1995 o primeiro lugar na geração de empregos, com 97.621 trabalhadores permanentes e 18.297 trabalhadores temporários;
- em segundo lugar, a criação de bovinos somou 71.623 empregados permanentes e 8.498 empregados temporários;
- a cultura da laranja, ficou em terceiro lugar, empregou em caráter permanente 30.433 pessoas e outras 6.572 em caráter temporário;
- já a produção mista - Agropecuária gerou no mesmo ano, 29.764 postos permanentes e 5.980 empregos temporários.

Apesar do processo de mecanização<sup>50</sup> da colheita da cana-de-açúcar, em 2008, somente nos quatro primeiros meses do ano, o setor sucroalcooleiro empregou mais de 94 mil pessoas em usinas ou nas plantações de cana-de-açúcar<sup>51</sup>.

Um estudo da União das Agroindústrias Canavieiras – UNICA aponta que o nível tecnológico praticado na agricultura determina a necessidade relativa de mão-de-obra nos dois períodos: safra e entressafra. Como boa parte da colheita da cana ainda é manual, ainda temos grande oferta de empregos durante a colheita, geralmente entre abril e novembro, quando é necessário grande número de trabalhadores para realizar a colheita.

---

<sup>49</sup> Os dados foram coletados durante todo o mês de abril de 2008, pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati)

<sup>46</sup> Mais informações sobre o assunto em “Análises e Indicadores do Agronegócio”, v.3, n.3, março 2008.

<sup>47</sup> Notícia publicada pelo site Folha On Line, em 15 de Maio de 2008



Desse modo, para suprir essa necessidade, muitas usinas paulistas têm contratado trabalhadores de outras localidades, como no Vale do Jequitinhonha, uma região que, conforme exposto anteriormente, têm características singulares com relação ao processo migratório.

#### 4.2.1. Oeste Paulista: Mirandópolis do café à cana-de-açúcar

Conforme Thomaz Júnior<sup>52</sup>(2002, p. 93), o Proálcool só conseguiu garantir sua implantação quando articulou-se à indústria automobilística, apresentando-se como alternativa de combustível em substituição ao uso da gasolina, assim, após o segundo choque do petróleo em 1979, o governo prioriza a partir da década de 1980, a produção de álcool combustível.

É nesse contexto que o estado de São Paulo ganhou posição de destaque com investimentos direcionados a uma de suas porções: a Oeste, estimulada por políticas públicas que visavam à expansão do setor sucroalcooleiro na região e a consolidação da pauta nacional:

[...] através de uma política especial denominada Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (Pró-Oeste), com o intuito de inserir essa porção do território à agroindústria sucro-alcooleira, conforme consta na sua exposição de motivos: ‘essa é a forma concreta de desenvolver a agricultura nos moldes modernos, como já alcançado nas áreas tradicionais da cultura da cana’ (São Paulo, 1980:2).<sup>53</sup>

Assim, alternando momentos de crescimento, estagnação e de expansão, o Oeste Paulista é, desde então, visto como fronteira agrícola para a ampliação da cana-de-açúcar no estado e nos últimos anos, o setor tem intensificado seus investimentos para uma parte específica desta porção: a Noroeste. Somando hoje mais de 50 usinas, representava a única área do estado que ainda não havia sido tomada pelos canaviais. De tradição pecuária, a Noroeste ocupa uma posição estratégica, entre bacias dos rios Tietê e Paraná e no meio dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Registrando desde 2005 um expressivo aumento da lavoura canavieira as pastagens dão lugar ao canavial e abrem espaço para a instalação e ampliação das usinas e destilarias. Assim, diante da extensão da área, para facilitar nosso estudo, escolhemos apenas um município dessa região: **Mirandópolis**, município que se tornou destino de centenas de

<sup>52</sup> THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 93

<sup>53</sup> Ibid., p. 94.

migrantes que buscam sua sobrevivência no corte da cana, com a esperança de que esse trabalho seja realmente “temporário” e, que possam de fato melhorar a vida dos familiares que ficaram para trás.

Conforme Alcides Falleiros<sup>54</sup>, Mirandópolis foi primitivamente habitada pelos índios Caiganges, o município teve sua origem por volta de 1921, quando seu fundador Manoel Alvez de Athaíde adquiriu 50 alqueires dessas terras. na década de 1930, quando os trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil seguiam em direção ao Mato Grosso do Sul, Athaíde, junto a outros pioneiros como Senador Rodolfo Miranda, levantaram as primeiras casas que deram origem ao povoado, à época denominado de São João da Saudade.

De 1934 a 1955, houve muitas contradições em relação a data de fundação e o progresso do povoado, com suas máquinas de café e arroz, indústrias madeireiras, reclamava pela emancipação administrativa, ou seja, a elevação à categoria de vila.

Dessa forma, em 1937 o povoado depois ligado ao patrimônio adjacente de Paulicéia, de propriedade de Raul da Cunha Bueno, recebeu um novo nome: Distrito de Paz “Comandante Árbues”, em homenagem ao Coronel Pedro Árbues, antigo comandante da força pública do Estado. Esse distrito foi oficialmente instalado no dia 22 de maio de 1937 e as divisas territoriais ultrapassavam o Rio Feio e Aguapeí, abrangendo terras dos atuais municípios de Irapuru e Flórida Paulista.

A história do município foi muito tumultuada até definir o seu nome. Antes de se tornar Distrito de Paz Comandante Árbues, o povoado de São João da Saudade, já tinha passado a chamar Mirandópolis, em homenagem ao Senador Rodolfo Miranda, inclusive a já existente estação ferroviária também estava com este nome, e tal fato renegava seu fundador, Athayde.

Passados sete anos, em 1944, o Decreto de Lei 14.334 finalmente eleva o Distrito à categoria de município com o nome de Mirandópolis e o dia 24 de junho<sup>55</sup>, passou a ser considerada oficialmente como dia da fundação do município Mirandópolis.

Conforme dados do IBGE de 2005 a área territorial de Mirandópolis é de 918 Km<sup>2</sup>. De acordo com a Figura 2 - Mapa de Localização do Município de Mirandópolis-SP, apresentado a seguir, verificamos que o mesmo situa-se na porção noroeste do Estado de São Paulo, à 20° 48' S e 51° 02' W. Distante aproximadamente 600 km da capital paulista está bem

---

<sup>54</sup> Alcides Falleiros é considerado a principal referência sobre a história do município de Mirandópolis. Já falecido, suas memórias e registros foram publicados no livro “Mirandópolis - Sua Evolução no Século XXI”, sem data.

<sup>55</sup> Essa data foi estabelecida por meio do Decreto de Lei 183, de 31 de Maio de 1955



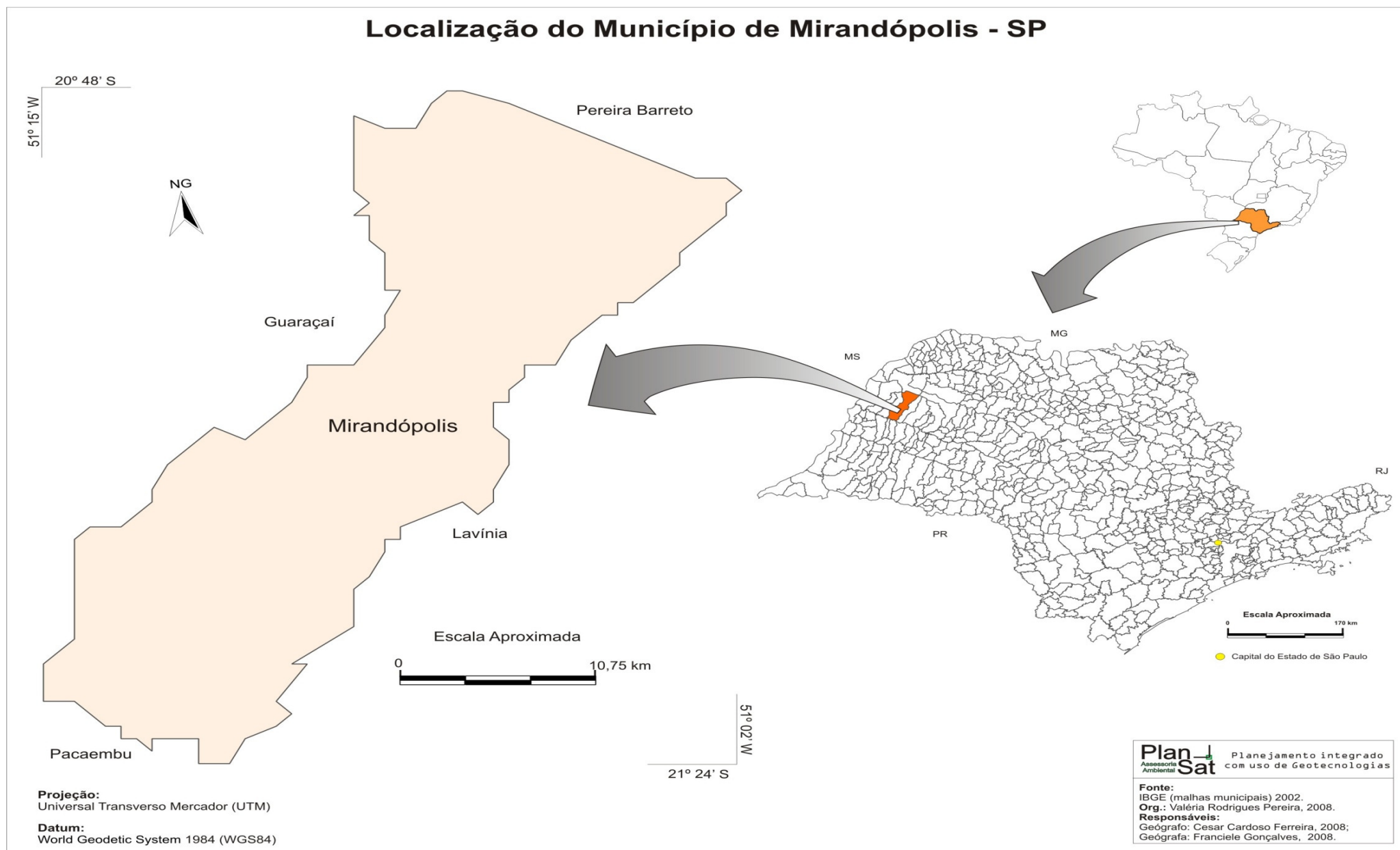


Figura 2 – Mapa de localização do município de Mirandópolis - SP

próximo da divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, limitando-se ao norte com Pereira Barreto, ao sul com Pacaembu, à leste Lavínia e à oeste com o município de Guaraçáí.

Com relação ao povoamento, Falleiros aponta que a colonização no município seguiu os mesmos critérios de colonização de toda região noroeste do estado de São Paulo, ou seja, a região recebeu os camponeses livres, caipiras e caboclos, que derrubavam a mata e faziam o plantio do cafezal. Em seguida, vieram os imigrantes, primeiramente os italianos e os portugueses, seguidos dos espanhóis e depois os japoneses. Por outro lado, os latifúndios dificultavam a chegada dos verdadeiros colonizadores, pois em sua maioria eram destinados à especulação futura, do que propriamente à exploração produtiva.

De qualquer maneira, dois grupos contribuíram para o povoamento de Mirandópolis: os desbravadores do sertão e os japoneses. Acredita-se que os primeiros povoadores, os baianos, chegaram no início da década de 1920, bem como os japoneses, que abandonaram seu país arrasado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que buscavam no Brasil uma nova terra.

A presença dos japoneses em Mirandópolis teve grande importância para a história social e econômica local, pois o desenvolvimento da agricultura, com ênfase na base familiar, deve-se em grande parte à contribuição desses imigrantes.

Com relação à população atual, o número de habitantes em 2005 era de 25.258, sendo 21.054 ocupavam o núcleo urbano e apenas 4.204 a zona rural.

A primeira lavoura que se desenvolveu no município, como foi dito anteriormente, foi o café e a mesma prosperou até a década de 1960, quando sua produção entrou em decadência na pauta da economia nacional. Conforme Carvalho (2007)<sup>56</sup>, o café penetrou no estado de São Paulo no início do século XIX, através do Vale do Paraíba, vindo da região de Vassouras (RJ) e logo a cultura se espalhou pelo centro-oeste paulista, de modo que, a partir de meados do século XIX, o produto já era o principal item comercial brasileiro, chegando a representar 3/4 do valor das exportações. Reunindo ferrovias, imigrantes e a disponibilidade de terras, a cultura cafeeira encontrou na região as condições ideais para seu desenvolvimento.

Dessa forma, Mirandópolis seguiu a tendência de sua região: desenvolvendo-se rapidamente após 1910 com a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil. Em 1900 o total de habitantes na região era de apenas 7.815 habitantes e produzia em 1905 apenas 93.821 arrobas

---

<sup>56</sup> Artigo “Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista”, publicado na edição nº 27 de novembro de 2007 da Revista Histórica.

de café. Já na terceira década do século XX, a população da região noroeste se multiplicara em 80 vezes e a sua produção cafeeira atingia 13.200.365 arrobas (CARVALHO, 2007)

Com o declínio da produção cafeeira em todo território nacional, outras atividades foram surgindo em Mirandópolis, especialmente aquelas voltadas à pecuária.

O algodão também merece destaque entre as atividades agrícolas que marcaram o município, pois durante anos a cidade sediou a principal indústria de beneficiamento da região noroeste, de propriedade da família Esteves.

Em tempos atuais, o modesto PIB de 2005 somou R\$ 174.262,00<sup>57</sup>, as atividades econômicas que geram maior receita estão concentradas no setor de serviços, somando R\$ 122.107,00. A indústria contribui com apenas com R\$ 16.620,00, a agropecuária com R\$ 23.107,00 e o total de impostos arrecadados somaram R\$ 12.430,00.

Dados de 2007 registram que a lavoura cafeeira ainda resiste dentre as culturas desenvolvidas pelo município, mas reduziu-se a apenas 76 hectares, contra mais 13.000 hectares de cana-de-açúcar<sup>58</sup>. Com isso, a atividade canvieira se sobressai proporcionada pelo contexto econômico nacional e com a revitalização da usina local: a Mundial (antiga Usina Alcomira) hoje de propriedade do maior grupo usineiro do país- Grupo Cosan.

#### **4.2.2. Usina Mundial: Unidade de produção do Grupo Cosan em Mirandópolis-SP**

Com uma área de aproximadamente 200 alqueires de terras próprias, e destes 21,27 alqueires de parque industrial, a Usina Mundial produz açúcar tipo exportação, álcool anidro e hidratado.

Fundada em 1979 pela família de Jorge Maluly Neto com o nome de Usina Alcomira, a atual Usina Mundial foi incorporada ao Grupo Cosan em 2005, que é o maior produtor independente de açúcar e álcool do Brasil. A capacidade total instalada desta unidade para moagem é de 7.500 ton/dia; açúcar: 10.500 sacas/dia; etanol: 330 m<sup>3</sup> /dia e potência de 2,8 MW .

A Usina Mundial em Mirandópolis é apenas uma das 18 unidades do Grupo Cosan que estão espalhadas no estado de São Paulo, além disso, o Grupo possui dois terminais

---

<sup>57</sup> Dados do IBGE de 2005. Disponível [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), link: Cidades@

<sup>58</sup> Dados obtidos através da CATI. Disponível: [www.cati.sp.gov.br](http://www.cati.sp.gov.br). link: Censos Agropecuários (LUPA - Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária).

portuários em Santos/SP. De acordo com informações obtidas pelo site da empresa<sup>59</sup>, a Cosan responde por 12% da produção total de açúcar e álcool no Centro-Sul do país e gerou 39 mil empregos diretos.

O corte manual da cana-de-açúcar representa 70% do volume de colheita e ele ocorre após a queima, que é realizada para facilitar o trabalho manual. Nessa tarefa, existe um planejamento sistemático ajustado à capacidade de corte e moagem, de forma que a cana seja processada em pouco tempo.

A queima da cana-de-açúcar é uma prática poluidora do meio ambiente e já tem prazo para acabar, devido à leis estaduais e outras ações que visam a eliminação dessa prática. Exemplo disso, é que todas as indústrias de açúcar e álcool têm metas para a eliminação completa das queimadas nos canaviais paulistas. A UNICA, representante do setor, já assinou um protocolo de intenções em que aceita eliminar as queimadas até 2014 nas chamadas áreas mecanizáveis<sup>60</sup>.

Os resíduos industriais - gerados pelo processo de elaboração do açúcar e do álcool - são reaproveitados no campo, utilizados como aditivos orgânicos, enquanto o bagaço resultante da moagem é utilizado como combustível nas caldeiras para produção de vapor.

A Figura 3 - Vista aérea da Usina Mundial em Mirandópolis-SP, mostra o parque industrial da usina, localizado nas proximidades da estrada vicinal que liga Mirandópolis à Pacaembu. Distante a aproximadamente 20 Km do centro da cidade de Mirandópolis, vemos as unidades de processamento e produção, os tanques de armazenamento e ainda as lagoas de resíduos industriais. Neste local também está situado o prédio administrativo, com o setor de recursos humanos, financeiro, assistência social, ambulatório, entre outros.



**Figura 3 – Vista aérea da Usina Mundial, Mirandópolis, 2008.**

Fonte: [www.cosan.com.br](http://www.cosan.com.br)

<sup>59</sup> No site oficial da empresa ([www.cosan.com.br](http://www.cosan.com.br)) há várias informações sobre a atuação do Grupo, mas com relação à cada uma das usinas, as informações são restritas.

<sup>60</sup> Notícia publicada pelo Centro de Tecnologia Canavieira. Jun. 2007.

O Quadro 1- Localização das Unidades do Grupo Cosan, mostra todas as usinas pertencentes ao Grupo, seus respectivos municípios de localização e posição geográfica no estado. Dentre essas usinas, cinco situam-se na região noroeste: Univalem, em Valparaíso; Gasa, em Andradina; Destivale, em Araçatuba; Benálcool, em Bento de Abreu e Mundial, em Mirandópolis.

**Quadro 1 - Localização das unidades do Grupo Cosan**

	<b>Nome da usina</b>	<b>Município</b>	<b>Localização no estado</b>
1.	Costa Pinto	Piracicaba	Leste
2.	Santa Helena	Rio das Pedras	Leste
3.	São Francisco	Elias Fausto	Leste
4.	Ipaussu	Ipaussu	Sul
5.	Diamante	Jaú	Leste
6.	Serra	Ibaté	Leste
7.	Rafard	Rafard	Leste
8.	Univalem	Valparaíso	Noroeste
9.	Gasa	Andradina	noroeste
10.	Junqueira	Igarapava	Norte
11.	Barra	Barra Bonita	Leste
12.	Dois Córregos	Dois Córregos	Leste
13.	Destivale	Araçatuba	Noroeste
14.	Mundial	Mirandópolis	Noroeste
15.	Bonfim	Guariba	Leste
16.	Tamoio	Araraquara	Leste
17.	Bom Retiro	Capivari	Leste
18.	Benálcool	Bento de Abreu	noroeste

Fonte: Cosan

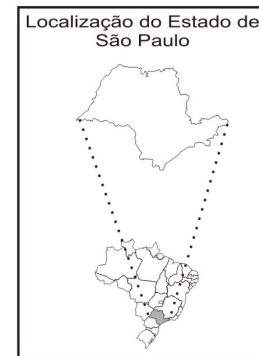
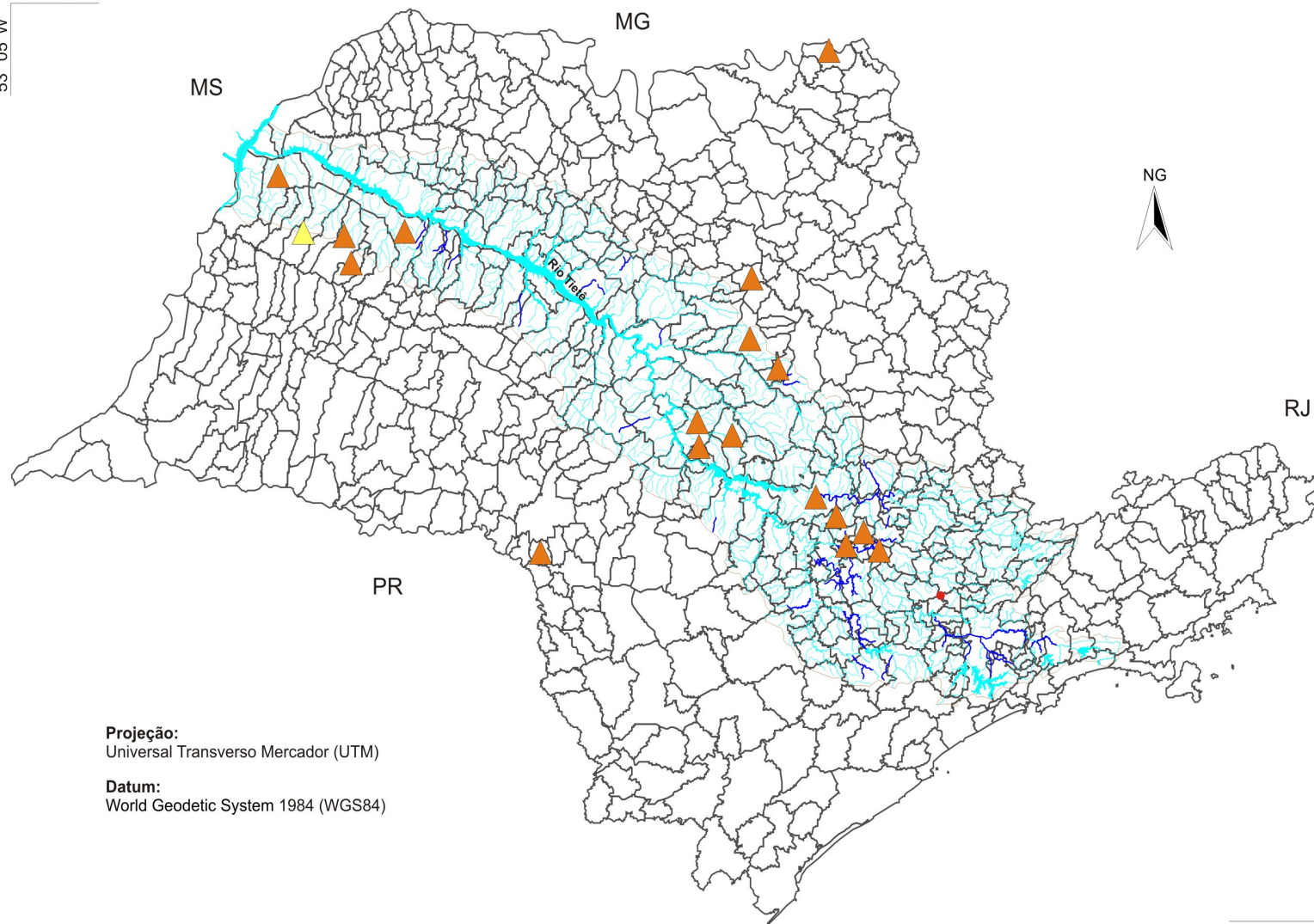
Org. PEREIRA, V.R., 2008.

Representando as informações do Quadro 1, temos a Figura 4 - Mapa de localização das usinas do grupo Cosan, onde podemos visualizar de forma mais abrangente a posição ocupada pelas unidades produtoras dentro do Estado de São Paulo. Conforme a Figura 4, à noroeste do estado temos cinco usinas, ao sul e ao norte uma unidade em cada porção e à leste onze unidades.

A Figura 4, mostra também que mais de 10 usinas do Grupo Cosan, incluindo a unidade de Mirandópolis, localizam-se no sentido noroeste-sudeste “coincidentemente” na mesma área que pertence à Bacia do Rio Tietê. Dessa forma, constatamos a estratégia

## Localização das Usinas de Açúcar e Álcool do Grupo COSAN no Estado de São Paulo

19° 44' S  
53° 05' W



### Legenda

- Limites dos Municípios
- Limite da bacia do Tietê
- Rede de drenagem
- ▲ Usinas do Grupo COSAN
- ▲ Usina Mundial/Mirandópolis
- Capital

### Escala Aproximada



**Projeção:**  
Universal Transverso Mercador (UTM)  
**Datum:**  
World Geodetic System 1984 (WGS84)

44° 08' W  
25° 21' S

**Plan Sat** Assessoria Ambiental  
Planejamento integrado com uso de Geotecnologias

**Fonte:**  
IBGE (malhas municipais) 2002.  
**Org.:** Valéria Rodrigues Pereira, 2008.  
**Responsáveis:**  
Geógrafo: Cesar Cardoso Ferreira, 2008;  
Geógrafa: Franciele Gonçalves, 2008.

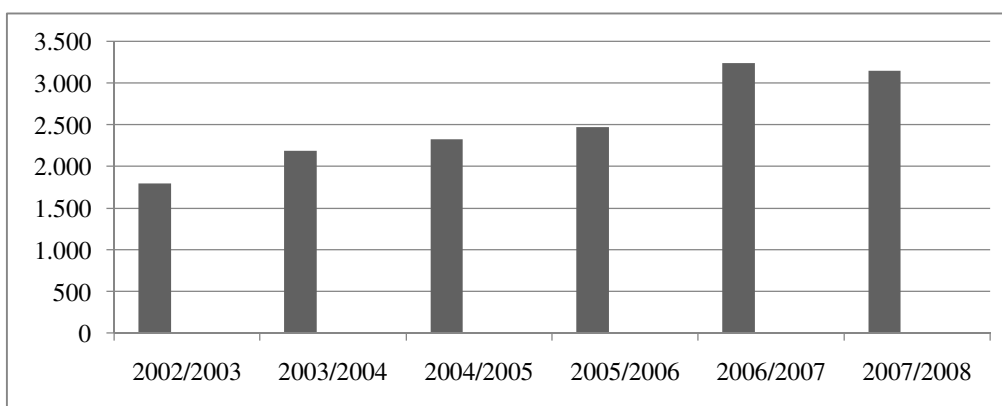


utilizada pelo capital sucroalcooleiro para garantir o acesso aos recursos naturais que favoreçam a produção canavieira, potencializando seus lucros.

Diante das dificuldades e restrições em fornecer algumas informações sobre a usina Mundial, falaremos inicialmente de maneira geral sobre os dados do Grupo Cosan. As informações à seguir são importantes para constataremos a dimensão alcançada pelo Grupo no cenário nacional e internacional, ao qual a unidade de Mirandópolis faz parte.

O Gráfico 2 Vendas de Açúcar, apresenta dados de seis safras, a primeira 2002/2003, foram vendidas 1.797.000 toneladas de açúcar; a segunda 2.184.000 toneladas; na safra 2003/2004 foram 2.322.000 toneladas; seguida por 2.470.000 toneladas em 2004/2005; 3.240.000 toneladas em 2005/2006 e nesta safra uma pequena redução com nas vendas registrando 3.147.000 toneladas de açúcar.

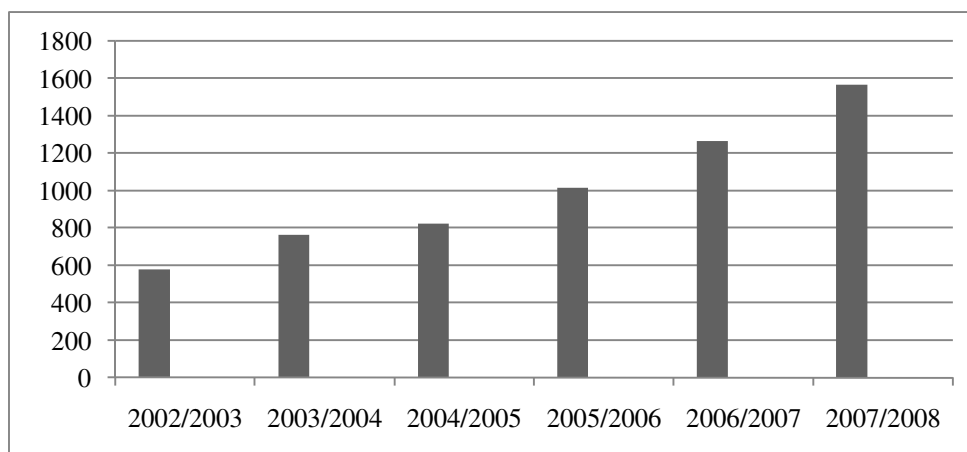
**Gráfico 2 - Vendas de açúcar ( 000 t/açúcar)**



Fonte: Cosan  
Org. PEREIRA,V.R., 2008

A safra 2006/07 rendeu à Cosan um faturamento líquido de R\$ 3,6 bilhões, gerou 39 mil empregos diretos, cultivou 580 mil hectares de cana, moeu 36,1 milhões de toneladas e produziu 64 milhões de sacas de açúcar e 1.322m<sup>3</sup> de etanol. Para comprovar e representar os resultados alcançados com as vendas de açúcar e álcool, os gráficos a seguir, mostram a evolução desse mercado a partir da safra 2002/2003.

No Gráfico 3 - Vendas de Etanol, verificamos o progressivo aumento das vendas em todas as safras. Na primeira 2002/2003, foram vendidos 578.000 m<sup>3</sup> de etanol, na segunda safra passou para 763.000 m<sup>3</sup>; em 2003/2004 atingiu 825.000 m<sup>3</sup>; seguida por 1.016.000 m<sup>3</sup> em 2004/2005; registrou 1.266.000 m<sup>3</sup> de etanol vendido em 2005/2006 e nesta safra o maior volume de venda com 1.568.000 m<sup>3</sup>.

**Gráfico 3 - Vendas de etanol ( 000 m<sup>3</sup> )**

Fonte: Cosan  
Org. PEREIRA, V. R.,2008

Os Gráficos 2 e 3 que tratam das vendas de açúcar e álcool demonstram a expansão do grupo no mercado sucroalcooleiro e por isso, a Cosan aproveitou o momento favorável para firmar alianças estratégicas com grupos internacionais. Em 1999, o grupo açucareiro inglês Tate & Lyle adquiriu 10% de terminal portuário e depois, em 2005 se uniu ao grupo chinês Kuok, um dos mais dinâmicos e diversificados conglomerados internacionais. No mesmo ano, a Cosan fechou uma parceria para abertura de um terminal específico para exportação de etanol, o Teas-Terminal Exportador de Álcool de Santos S/A, em conjunto com o Crystalsev, grupo Nova América e Cargil. Para o grupo, essas parcerias trouxeram novos recursos, geraram tecnologia e o fortaleceram mais no mercado internacional.

#### **4.2.3. O recrutamento e a exploração da mão-de-obra na Usina Mundial**

A Usina Mundial em Mirandópolis – SP, possui em seu quadro de funcionários mais de 2000 empregados entre efetivos e temporários. Verificamos que aproximadamente 40% da colheita é mecanizada, enquanto outra parte é feita manualmente e por esse motivo a quantidade de funcionários temporários é muito elevada.

O Quadro 2 - Distribuição de funcionários da Usina Mundial em 2008, a apresenta a distribuição de funções e o total de trabalhadores<sup>61</sup>. Distribuídos entre funcionários

<sup>61</sup> Esse quadro foi elaborado a partir de informações da pesquisa de campo.



permanentes e temporários, os funcionários permanentes envolvem três setores o agrícola, onde se inserem os motoristas e operadores de máquinas; a indústria que engloba técnicos, engenheiros e demais funcionários envolvidos diretamente com o processo de produção do açúcar e do álcool; e o setor administrativo, que compreende a área de recursos humanos, financeiro etc.

**Quadro 2 – Distribuição de funcionários da Usina Mundial, 2008**

<b>FUNCIONÁRIOS PERMANENTES</b>	
<b>Setor/ Função</b>	<b>Total</b>
Agrícola (motoristas e operadores de máquinas)	347
Indústria	242
Administrativo	80
<b>FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS REGIONAIS</b>	
<b>Setor/ Função</b>	<b>Total</b>
Plantio, tratos culturais, corte de cana-de-açúcar	836
<b>FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS – MIGRANTES</b>	
<b>Setor/ Função</b>	<b>Total</b>
Corte e colheita de cana-de-açúcar	630
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.135</b>

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008.

Conforme o Quadro 2, os trabalhadores regionais, constituem uma mão-de-obra local e de cidades vizinhas, são contratados por períodos determinados, conforme a necessidade da usina para preparar mudas, plantar, cuidar da lavoura, ou ainda para realizar o corte da cana. Destes 836 trabalhadores regionais temporários, 190 deles são mulheres. Com relação aos funcionários temporários migrantes - foco de nossa pesquisa - a usina registrou até o final da safra de 2008 um total de 630 trabalhadores, todos migrantes do estado de Minas Gerais, da região do Vale do Rio Jequitinhonha. Esse número, obtido em dezembro de 2008, surpreendeu-nos, pois até então, dados fornecidos pela usina até junho de 2008 totalizava 530 migrantes.

Os migrantes mineiros foram acomodados em dois alojamentos de propriedade da usina, um situado na Fazenda São Joaquim, em Mirandópolis-SP e outro em Lavínia-SP (município vizinho) na Fazenda Floresta.



**Figura 5 - Foto do alojamento na Fazenda São Joaquim, Mirandópolis-SP, Jun. 2008.**

Fonte: PEREIRA, V. R.,2008.

A Figura 5 - Foto do alojamento da Fazenda São Joaquim, Mirandópolis-SP, mostra um desses alojamentos. Concluído no início de 2008, ele acomodou no mesmo ano, 303 trabalhadores, com “apartamentos” novos e bem arejados, banheiros com chuveiros de água quente, armários (Figura 6), aparelho de televisão e camas do tipo beliche. Para realizar as refeições, há um grande refeitório onde são servidos o café da manhã, almoço e jantar..Para atividades de lazer os migrantes têm uma mesa de bilhar e um espaço para jogar futebol. A usina descontava de cada trabalhador, em 2008, o equivalente à R\$ 110,00 mensais pelo alojamento e alimentação

Esses alojamentos foram criados à pouco tempo, sendo o primeiro (Fazenda Floresta) em 2005 e por esse motivo, até 2007 muitos migrantes moravam na cidade e eram obrigados a ocupar casas de aluguel, arcando sozinhos com essa despesa. Dessa maneira, em 2006 visitamos moradias muito precárias, onde até quinze pessoas dividiam um imóvel de apenas quatro cômodos.



**Figura 6 – Foto do quarto dos migrantes na Fazenda São Joaquim, Jun. 2008**

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008

De outro lado, a situação no alojamento da Fazenda Floresta, Lavínia-SP, é um pouco diferente. Em 2007, quando visitamos o local, verificamos que as acomodações foram adaptadas para receber os migrantes - eles ocupavam uma grande casa (que anteriormente servia como sede da fazenda) e vários quartos eram divididos por grupos de trabalhadores. Ao lado deste casarão também existia uma construção- um alojamento novo- construído para alojar os cortadores de cana.<sup>62</sup>

A Fazenda Floresta, que é o primeiro alojamento da Usina Mundial, foi notícia em 2008, quando mais de 100 cortadores de cana (dos 200 migrantes que residiam no local), paralisaram suas atividades por uma semana, para reivindicar melhorias no salário e nas condições de moradia.<sup>63</sup>

Os trabalhadores iniciaram o trabalho em abril 2008 e permaneceram até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou o contrato de trabalho.

<sup>62</sup> Por dificuldades de acesso (permissão) para visitar essa fazenda não pudemos detalhar mais as condições de moradia neste local.

<sup>63</sup> Notícia publicada pelo Jornal Folha da Região Araçatuba, em 16/10/2008.

A admissão dos cortadores foi feita na cidade de origem e antes disso, passaram por entrevistas e diversos exames, como o teste para identificar a presença da doença de Chagas (uma patologia que pode levar à morte).

Os mineiros contratados foram registrados em carteira e quando partiram rumo à São Paulo tiveram todas as despesas de viagem (alimentação e transporte) por conta da empresa. Quando chegaram em Mirandópolis passaram por treinamento para o corte de cana e também receberam o material de uso em seu trabalho: 01(uma) marmita térmica, 01(uma) caneca, 01(uma) colher de sopa, 01(um) copo plástico com tampa<sup>64</sup>, 02(dois) cadeados (para o armário do alojamento, os EPI's<sup>65</sup>, 01(um) garrafão térmico de 05 litros, cobertores e lençóis. Ao final da safra, todo esse material é devolvido para empresa. A usina informou ainda que os trabalhadores têm descontos em farmácias conveniadas, atendimento ocupacional para avaliar as condições de saúde, programas de prevenção por meio de campanhas de anti-tabagismo e dependência química, DST-Aids, vacina anti-gripal, e participam de treinamentos de primeiros socorros.

Até 2007 a Usina Mundial contratava trabalhadores de Minas Gerais e de diversos estados da região nordeste. Tal fato reafirmou uma tendência histórica que aponta o nordeste brasileiro e o estado de Minas Gerais como áreas de expulsão: “A concentração na região Sudeste - particularmente em São Paulo- foi sempre contrapondo - se à tendência expulsiva de população dos Estados nordestinos e de Minas Gerais, Estados fornecedores de mão-de-obra para todo país”. (PATARRA, 1983, p. 47)

Na Tabela 5 - Origem dos Migrantes em 2006, mostra o levantamento feito com 44 trabalhadores sobre a sua cidade de origem.

**Tabela 5 - Origem dos migrantes em 2006**

Cidade de origem	UF	Número de trabalhadores
<b>Montezuma</b>	MG	35
<b>Rio Pardo de Minas</b>	MG	04
<b>Feira de Santana</b>	BA	02
<b>Taioberas</b>	MG	01
<b>Mortugaba</b>	BA	01
<b>Mato Verde</b>	MG	01
<b>Total de entrevistados</b>		<b>44</b>

Fonte: PEREIRA, V.R., 2006.

<sup>64</sup> Esse copo é utilizado para preparação do soro fisiológico durante o trabalho no canavial.

<sup>65</sup> EPI's - Equipamento de Proteção Individual, inclui caneleira, botina com bico de aço, facão, porta-facão, óculos e o mangote, que é uma espécie de protetor para os braços.

Conforme a tabela 5, verificamos que 35 pessoas vieram da cidade de Montezuma-MG, 04 de Rio Pardo de Minas-MG, 02 de Feira de Santana-BA, e 01 pessoa em cada uma das cidades de Taioberas- MG, Mortugaba-BA e Mato Verde-MG. A partir de 2008, somente os mineiros foram contratados. Essa “preferência”, segundo informações da usina, é justificada porque eles são bons trabalhadores, ágeis e rápidos para cortar cana. Por outro lado, para Silva (1999, p. 87) essa prática denuncia a exploração do trabalho e uma diferenciação de valores morais entre os trabalhadores:

[...] as figuras do ‘bom’, do ‘mau’, do ‘vagabundo’. Essas figuras vão sendo criadas no bojo dessas diferenças individuais e reproduzidas pelas práticas sociais, que envolvem também as representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo controle do processo de trabalho: fiscais, empreiteiros, escritório etc. Trata-se de práticas mascaradoras da exploração do trabalho, na medida em que o salário de cada um vai depender de si mesmo.

A Figura 7 - Mapa de fluxo migratório entre os estados de Minas Gerais, Bahia e São Paulo representa as informações da Tabela 5, mostrando do deslocamento dos trabalhadores no ano de 2006. Como vimos, os migrantes percorreram uma longa distância, saindo do estado da Bahia, das cidades de Mortugaba e Feira de Santana dirigindo-se para Mirandópolis em busca da safra canavieira. Além destes, os mineiros do Vale do Jequitinhonha, de cidades que são muito próximas Montezuma, Rio Pardo de Minas, Taioberas e Mato Verde formavam o maior contingente de trabalhadores. A distância mínima percorrida por esses trabalhadores partindo de Rio Pardo de Minas ou de Taioberas em Minas Gerais, passa de 1.000 Km; enquanto Feira de Santana, na Bahia fica à aproximadamente 2.000 Km de distância de Mirandópolis-SP.

De posse dessas informações, constatamos que a exploração do trabalhador migrante inicia-se desde o momento de sua contratação, pois a unidade Cosan de Piracicaba-SP, responsável pelo recrutamento de trabalhadores para todas as usinas do grupo, envia um representante, o intermediário conhecido vulgarmente como “gato”<sup>66</sup>, para a região do Vale do Jequitinhonha, a fim de selecionar e contratar homens estejam aptos para trabalhar na colheita da cana. Conforme assinala Martins (1991, p.49), os migrantes aceitam esse serviço porque impedidos de trabalhar todos os meses do ano, suas oportunidades de trabalho são temporárias, dessa forma, aceitam deslocar-se a grandes distâncias, permanecendo longe de casa para conseguir o sustento da família.

<sup>66</sup> Gato: nome dado ao intermediário da contratação entre a empresa e os trabalhadores.

<sup>65</sup> Mais informações : **Cadernos de Formação 2**. São Paulo: Maxprint, 2006.

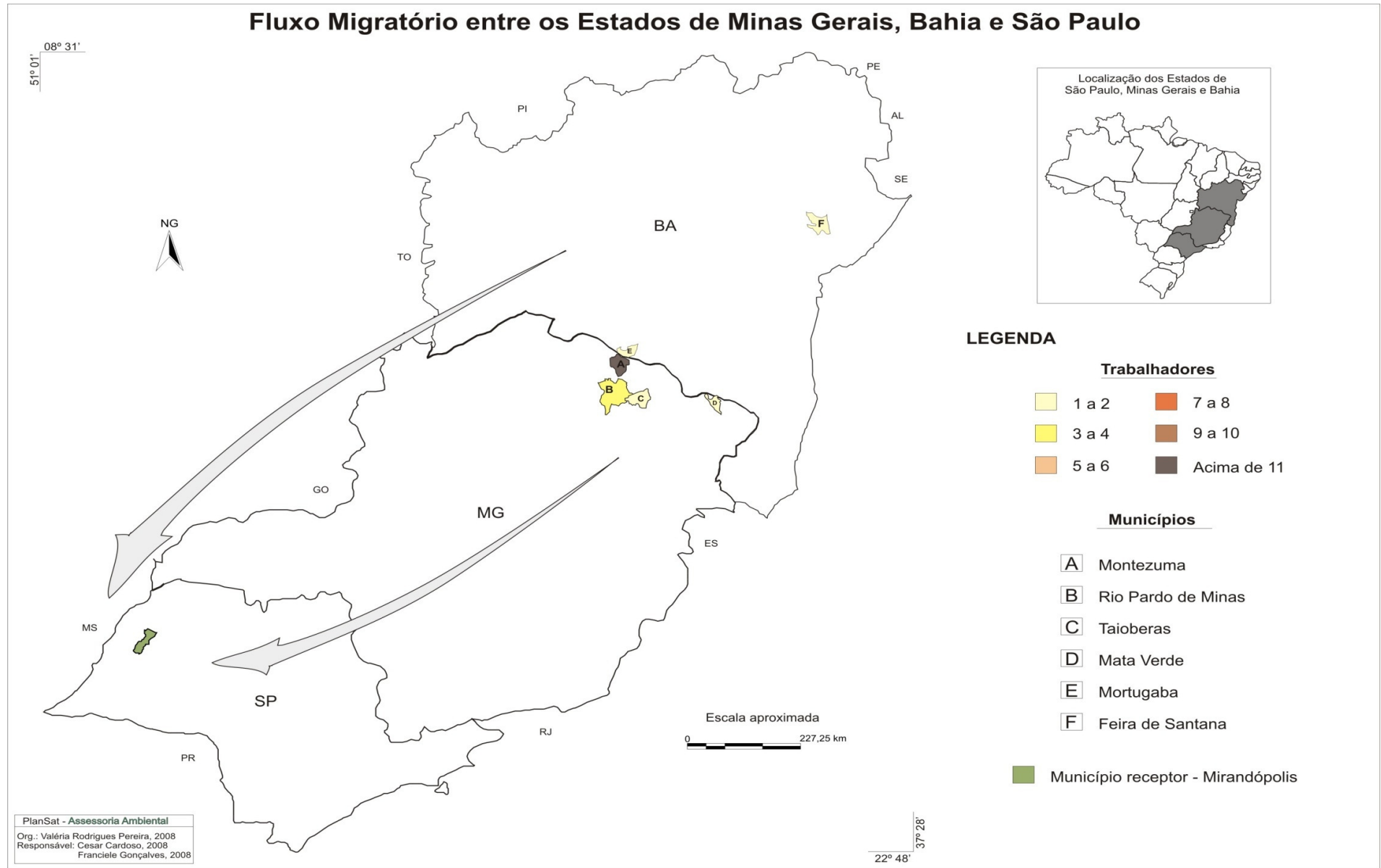


Figura 7 – Mapa de fluxo migratório entre os estados de MG, BA e SP.



Os migrantes permanecem aproximadamente 8 meses do ano, enfrentando o trabalho pesado dos canaviais, formando uma massa de trabalhadores excluída, que não têm acesso à riqueza que gera. São explorados dia-a-dia, trabalham produção e o salário depende da quantidade de cana cortada.

Além disso, o crescimento do setor e o aumento da mecanização têm gerado maior exploração dessa força de trabalho. Com relação ao trabalhador, a produção do açúcar e do álcool brasileiro é conseguida por baixo preço à custa da super-exploração da mão-de-obra. Exemplo é que enquanto a tonelada de açúcar custa cerca de 700 dólares na União Européia, no estado de São Paulo sai por menos de 170 dólares. Já a mecanização da colheita criou novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumentou o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Além disso, o corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador na década de 80, atingindo hoje mais 10 toneladas por dia.<sup>67</sup>

A fatigante rotina de trabalho prejudica a saúde dos trabalhadores, que apresentam vários problemas acarretados por demasiado esforço físico como: câimbras, dores de cabeça devido ao sol, problemas na coluna. Não são raros, também, os casos de trabalhadores que possuem ferimentos causados por cortes de facão.

O Quadro 3 elaborado pelo professor Pedro Ramos<sup>68</sup>(2007), expressa o crescimento da exploração desses trabalhadores, entre os anos de 1969 a 2005. Em 1969, o preço da tonelada de cana cortada era equivalente à R\$ 2,73 e o rendimento diário de cada trabalhador era de aproximadamente 3 toneladas. Os anos seguintes, a partir de 1970, o preço da cana cortada foi gradativamente diminuindo; em 1980 era R\$ 2,29; passando para R\$ 1,25 em 1988 e chegando em 2005 à apenas R\$ 0,86. Contraditoriamente à queda no valor da cana cortada, a produtividade por trabalhador aumentou expressivamente.

Verificamos por meio deste quadro que na década de 1970 a média de cana cortada por dia era de aproximadamente 3 toneladas; passou para 5 toneladas em 1985, atingindo 8 toneladas/homem/dia em 2005. Assim, os preços pagos pelo corte da cana diminuíram, mas o esforço do trabalhador aumentou demasiadamente. Além disso, essa exploração é maior ainda, quando verificamos por meio de nossa pesquisa de campo que não é raro trabalhadores que cortam diariamente mais de 15 toneladas de cana.

---

<sup>66</sup> Artigo publicado pela Revista Eletrônica de Jornalismo Científico Com Ciência, em abril de 2007.

**Quadro 3 - Evolução do pagamento diário do corte de cana em São Paulo, 1969-2005.**

ANO	Pagamento do corte de cana. Em R\$/t (1)	Rendimento do corte de cana. Em t/homem/dia (2)	Remuneração no corte (1) x (2). Em R\$/dia	ANO	Pagamento do corte de cana. Em R\$/t (1)	Rendimento do corte de cana. Em t/homem/dia (2)	Remuneração diária no corte. (1) x (2). Em R\$/dia
1969	2,73	2,99	8,16	1990	0,96	6,10	5,86
1970	2,02	3,05	6,16	1992	0,84	6,30	5,29
1972	2,50	3,00	7,50	1994	0,83	7,00	5,81
1973	2,51	3,30	8,28	1996	1,05	7,00	7,35
1977	2,57	3,77	9,69	1998	1,06	7,00	7,42
1980	2,29	3,97	9,09	2000	0,88	8,00	7,04
1982	2,17	4,50	9,77	2002	0,88	8,00	7,04
1985	1,92	5,00	9,60	2004	0,86 (*)	8,00	6,88
1988	1,25	5,00	6,25	2005	0,86 (*)	8,00	6,88

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos.

(\*) Valores correntes ou pagos nos anos de 2004 e 2005, respectivamente: R\$ 2,93 e R\$ 3,11.

Outro problema que encontramos na Usina Mundial, refere-se ao valor de cana cortada, os trabalhadores não sabem explicar claramente como é calculado esse pagamento. Ao medir e pesar a cana para realizar a conversão de metro por toneladas, há dúvidas se o preço pago está correto.

De acordo com Alves (2006, p. 92) na década de 1980, o processo de trabalho no canavial consistia em demarcar e cortar um retângulo, o *eito*, como é chamado pelos trabalhadores, com 8,5 metros de largura, em 5 ruas (linhas em que é plantada a cana). Esse comprimento varia de trabalhador para trabalhador e é determinado pelo que ele consegue cortar num dia de trabalho. Assim, estes metros lineares de cana, multiplicados pelo valor da cana pesada pela usina, dá o valor do dia de trabalho no corte de cana para cada trabalhador. Estima-se que para cortar 6 toneladas de cana num dia, considerando uma cana de primeiro corte, a “cana boa”, o comprimento do eito seja de aproximadamente 200 metros. Isso significa que a área total desse eito é de 1.200 m<sup>2</sup> (200 m de comprimento por 6 m de largura); nele o trabalhador realiza as seguintes atividades: corta a cana rente ao solo, despreendendo as varas das raízes; corta a ponteira da cana, que é a parte de cima, onde estão as folhas verdes, que não têm sacarose e, portanto, não servem para as usinas; transporta a cana cortada em cada rua para a rua central; arruma a cana em montes ou esteirada na rua central.

O autor ainda acrescenta que apesar dessas dificuldades, o tamanho do eito com 5 ruas foi uma vitória dos trabalhadores por meio da Greve de Guariba em 1984:



Essa greve ocorreu, entre outras coisas, por causa da mudança do tamanho do eito, determinada pelas usinas: 7 ruas de cana (ou 7 linhas). Com eito de 7 ruas sua largura aumenta de 6 para 9 metros. Com uma área maior, o dispêndio de energia do trabalhador também é maior, porém o ganho não aumenta na mesma proporção. Em função da greve, que, apesar da forte repressão policial, durou 12 dias e se estendeu para outras regiões e estados brasileiros, os trabalhadores conseguiram realizar um acordo direto com as usinas [...] (ALVES<sup>69</sup>, 2006, p. 92-93)

Outro problema apontado pelo autor trata-se da forma de pagamento. O pagamento dos trabalhadores era e é feito a partir da quantidade de cana cortada por dia de trabalho, portanto, era e ainda é um pagamento por produção. Tal fato constitui uma forma perversa de **exploração**, ao atrelar o salário do trabalhador a força de trabalho despendida:

O pagamento por produção é uma forma muito antiga e já era criticada tanto por Adam Smith, no final do século XVIII, (Smith, 1979), quanto por Karl Marx, no século XIX (Marx, 1975), que a considerava uma das mais desumanas e perversas formas de pagamento. O trabalhador, quando recebe por produção, tem o seu pagamento atrelado ao que ele conseguiu produzir no dia. Como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida; isso provoca o aumento do ritmo de trabalho. O pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho, que é atribuição do capitalista. Adam Smith e Karl Marx criticavam essa forma de pagamento, chamando - a de perversa e desumana, analisando apenas as formas de pagamento por produção em situações em que os trabalhadores controlavam seu processo de trabalho e tinham, ao final do dia, pleno conhecimento do quanto tinham auferido em salário, pois multiplicavam a quantidade produzida pelo valor da unidade<sup>70</sup>.

Com essas colocações verificamos como o sistema capitalista explora o trabalhador e apesar de vivermos numa sociedade moderna, tecnológica e globalizada, temos a permanência de relações de trabalho arcaicas e exploradoras, onde o trabalhador não sabe de fato quanto lhe rendeu cada dia de serviço.

Como veremos adiante, o trabalho pesado, o isolamento no alojamento, a dificuldade de reprodução na terra de origem, o desconhecimento sobre os cálculos reais de cana cortada, são algumas das inúmeras dificuldades vividas por essa população.

#### **4.2.4. Conhecendo os migrantes e as condições de trabalho no canavial**

Os cortadores de cana submetidos ao acelerado ritmo de trabalho, permanecem horas debaixo do sol forte, usam trajes que elevam a temperatura do corpo, respiram a fuligem

---

<sup>69</sup> ALVES, 2006, p.92-93

<sup>70</sup> Ibid., p.93.

expelida pela cana queimada e fazem uma seqüência de atividades pesadas e muito cansativas:

Um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana em média por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: Caminha 8.800 metros; Despende 366.300 golpes de podão; Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg. em média cada um, portanto, ele faz 800 trajetos levando 15Kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros [...] (ALVES, 2006)



*“Onde moro os meninos têm pressa de fazer 18 anos pra vim pra São Paulo, mas depois que chegam aqui eles ficam com pressa de voltar”*

*Adail*

**Figura 8 - Foto do migrante Adail. Alojamento da Fazenda São Joaquim. Jun.2008.**

Fonte: PEREIRA, V. R.,2008.

Além dos problemas citados, temos o sistema de folgas e as condições de moradia. A regra das folgas nas usinas é de “5 X 1”, ou seja, os trabalhadores têm um dia de folga a cada cinco dias de trabalho. Para o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>71</sup> o regime 5X1 é muito prejudicial aos trabalhadores, pois as folgas só acontecem no domingo a cada sete semanas e, além disso, este regime não encontra nenhuma justificativa técnica, é prejudicial aos trabalhadores porque aumenta a sua jornada de trabalho, prejudica a sua vida familiar e social, uma vez que eles têm que trabalhar em quase todos os domingos.

Através dos relatos, percebemos como o cotidiano desses trabalhadores é extremamente difícil. De madrugada levam a marmita, que será consumida somente depois de

<sup>71</sup> Esse fato foi abordado no relatório “Dissolvendo a Neblina: Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Sudeste”, 2004.

aproximadamente sete horas, vestem as roupas surradas e quentes, a botina, a caneleira, o mangote<sup>72</sup>, o boné, ou chapéu, e levam consigo as luvas e os óculos de proteção. Por volta de seis horas, estão dentro do ônibus que os levará até o local onde será feita a colheita. Trabalham intensamente, geralmente por mais de sete horas, cortando, separando, recolhendo e montando os feixes de cana. O trabalho no canavial cessa no final da tarde, quando voltam para alojamento exaustos, sujos e com muita fome.

A migração para os trabalhadores é vista como alternativa de renda, pois todo dinheiro é destinado à ajuda para os familiares que ficaram cuidando da terra.

Aceitaram esse serviço porque o salário é “bom”<sup>73</sup>, registrados em carteira e não há exigência de escolaridade. Esse foi o jeito de defender seu sustento, já que todo dinheiro é pra manter a família que ficou em Minas Gerais.

Em 2007, a despesa mensal pelo alojamento e refeições era de R\$ 95,00 e em 2008 passou para R\$ 110,00.

Os mineiros dizem que onde moram, como a cidade de Araçuaí-MG, a terra é abundante, mas existem muitas dificuldades para viver somente dela. Ressaltam que a *terra não é igual a de São Paulo, onde tudo que se planta dá*. Em Minas a terra é mais dura, precisa trabalhar mais nela, investir, e eles não têm dinheiro para fazer isso. Esse fato, como foi exposto anteriormente por Ribeiro e Galizoni (2000), comprova que a expropriação que atinge esses agricultores não é a falta de terra, mas a dificuldade de reprodução.

A origem de todos eles é a rural, sempre trabalharam na lavoura e gostariam de poder viver exclusivamente de sua própria terra. Dizem que onde moram têm grandes fazendas, mas parece que o dinheiro não circula por lá como acontece aqui. Esporadicamente, têm trabalho nessas fazendas, geralmente como diarista, recebendo muito pouco, não ultrapassando o valor de R\$ 15,00 por dia.

Predominantemente jovens, com até 30 anos de idade, todos mineiros, muitos são casados, com filhos e suas famílias proprietárias de pequenas glebas de terra no seu local de origem. Como mostrado pela Figura 9, um jovem migrante no interior do seu quarto, em um dia de folga ao lado de seus instrumentos de trabalho.

---

<sup>72</sup> É uma espécie de protetor para os braços, um tipo braçadeira usado para evitar ferimentos durante o corte da cana.

<sup>73</sup> Em 2007, os cortadores da Fazenda Floresta recebiam em média R\$ 1000,00 mensais.



**Figura 9 – Foto do migrante José , 29 anos de idade**

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008.

Trabalhando por produção comentaram que têm meses que se esforçam mais, e no seguinte, “maneram” para não se cansar muito. Assim, vão equilibrando seu desgaste físico e por isso o salário não é igual todo mês.

Apesar de não exporem muito, eles acham muito difícil entender como são feitos seu pagamento por produção. Existem vários tipos de cana e cada uma delas tem um preço. Além disso, como saber se foi pago corretamente, se a cana depois de cortada é medida em metros e depois convertida em toneladas?

Para responder à esse questionamento, um dos representantes<sup>74</sup> do Sindicato dos Trabalhadores respondeu que na usina existe uma balança “inteligente” que identifica o tipo de cana e valor pago por ela.

Conforme o Quadro 4 - Valores pagos pela cana na Usina Mundial, verificamos que a preocupação dos cortadores é pertinente, pois os valores pagos pela cana variam muito de

---

<sup>74</sup> A resposta foi dada pelo Sr. Sebastião, representante do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

acordo com o grau de dificuldade no corte. A cana para muda, por exemplo, paga muito bem, mas é um serviço que dá mais trabalho, ela pesa menos e por isso no final não rende muito. A melhor cana, como o nome já diz, é a “cana boa”, que permite maiores ganhos, já que ela é mais fácil de cortar, o serviço é mais rápido e assim a quantidade de cana cortada é maior.

#### **Quadro 4 - Valores pagos pela cana na Usina Mundial, situação em dezembro de 2007**

<b>Tipo de cana</b>	<b>Valor (em reais e por tonelada)</b>	<b>Adicional</b>	<b>Características básicas</b>
<b>Cana boa</b>	2,57	-	Oferece maior facilidade de corte, pois apresenta-se verticalmente mais reta
<b>Cana deitada</b>	2,83	-	Apresenta-se de forma inclinada
<b>Cana pé de rolo</b>	3,21	-	É retorcida e por isso oferece muita dificuldade de corte
<b>Cana para muda</b>	2,57	70%	Destinada à produção de mudas para plantio
<b>Cana crua</b>	2,57	30%	É aquela que não foi queimada

Fonte: PEREIRA, V.R., 2007

Quando comparamos as informações do Quadro 3 (página 69) com o Quadro 4, constatamos que o preço da cana pago pela Usina Mundial é muito inferior. No Quadro 3 - Evolução do pagamento diário do corte da cana-de-açúcar em São Paulo, 1969-2005, o valor médio pago pela cana cortada em 2005 era de R\$ 0,86 correspondente em valores corrigidos e atualizados à R\$ 3,11, ou seja, enquanto a usina Mundial pagava em 2007 o equivalente a R\$ 2,57 (Quadro 4), o preço médio apresentado no Quadro 3, no ano de 2005 era de R\$ 3,11, uma diferença de R\$ 0,54.

Além deste problema, a média de produtividade diária por trabalhador era de 8 ton/homem/dia, enquanto os trabalhadores de nossa área de estudo essa média está acima de 10 toneladas, como será visto adiante.

Nesse sentido, Thomaz Júnior (2002, p. 215) diz que:

[...] os sistemas de remuneração (juntamente com as formas de medição, classificação e pagamento) são armas importantes, disponibilizadas pelo capital, que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobretrabalho, como também o controle do processo de trabalho e da superexploração do trabalho, que chega às raias da semi-escravidão.

Em 2008 quando estivemos no segundo alojamento da usina, localizado na Fazenda São Joaquim, município de Mirandópolis-SP, que acomodava 303 trabalhadores migrantes realizamos entrevistas que permitiram conhecer um pouco mais sobre o “universo migrante”.

Por meio da pesquisa de campo, verificamos que a maioria dos trabalhadores é solteiro, jovens entre 21 e 30 anos de idade, ou seja, o “auge” de sua idade produtiva é destinado à atividades que atendem aos interesses da expansão do capitalismo no campo.

**Tabela 6 - Faixa etária dos trabalhadores migrantes**

<b>Faixa etária</b>	<b>No. de trabalhadores Situação em 2006</b>	<b>No. de trabalhadores Situação em 2008</b>	<b>Total</b>
<b>18 a 20 anos</b>	09	08	17
<b>21 a 24 anos</b>	19	11	30
<b>25 a 30 anos</b>	08	05	13
<b>31 a 40 anos</b>	04	01	05
<b>Acima de 41 anos</b>	04	02	06
<b>Total de entrevistados</b>	44	27	71

Fonte: PEREIRA, V.R.,2006 - 2008.

A Tabela 6 - Faixa etária dos trabalhadores migrantes, representa essa realidade com dados de 2006 e 2008. Dos 71 trabalhadores entrevistados, 17 têm até 20 anos de idade, 30 têm entre 21 e 24 anos, 13 deles estão na faixa etária de 25 a 30 anos, 05 têm de 31 à 40 anos de idade enquanto 06 pessoas estão acima dos 41 anos de idade.

Com relação à origem constatamos que os migrantes de 2008, são todos do estado de Minas Gerais e procedem de diferentes cidades que constituem o Vale do Rio Jequitinhonha.

**Tabela 7- Origem dos migrantes em 2008**

	<b>Cidade de origem</b>	<b>UF</b>	<b>Número de trabalhadores</b>
<b>1.</b>	Araçuaí	MG	10
<b>2.</b>	Itaobim	MG	04
<b>3.</b>	Berilo	MG	04
<b>4.</b>	Ponto dos Volantes	MG	02
<b>5.</b>	Francisco Badaró	MG	03
<b>6.</b>	Salinas	MG	02
<b>7.</b>	Novo Cruzeiro	MG	01
<b>8.</b>	Itinga	MG	01
	<b>Total de entrevistados</b>		<b>27</b>

Fonte: PEREIRA, V.R.,2008

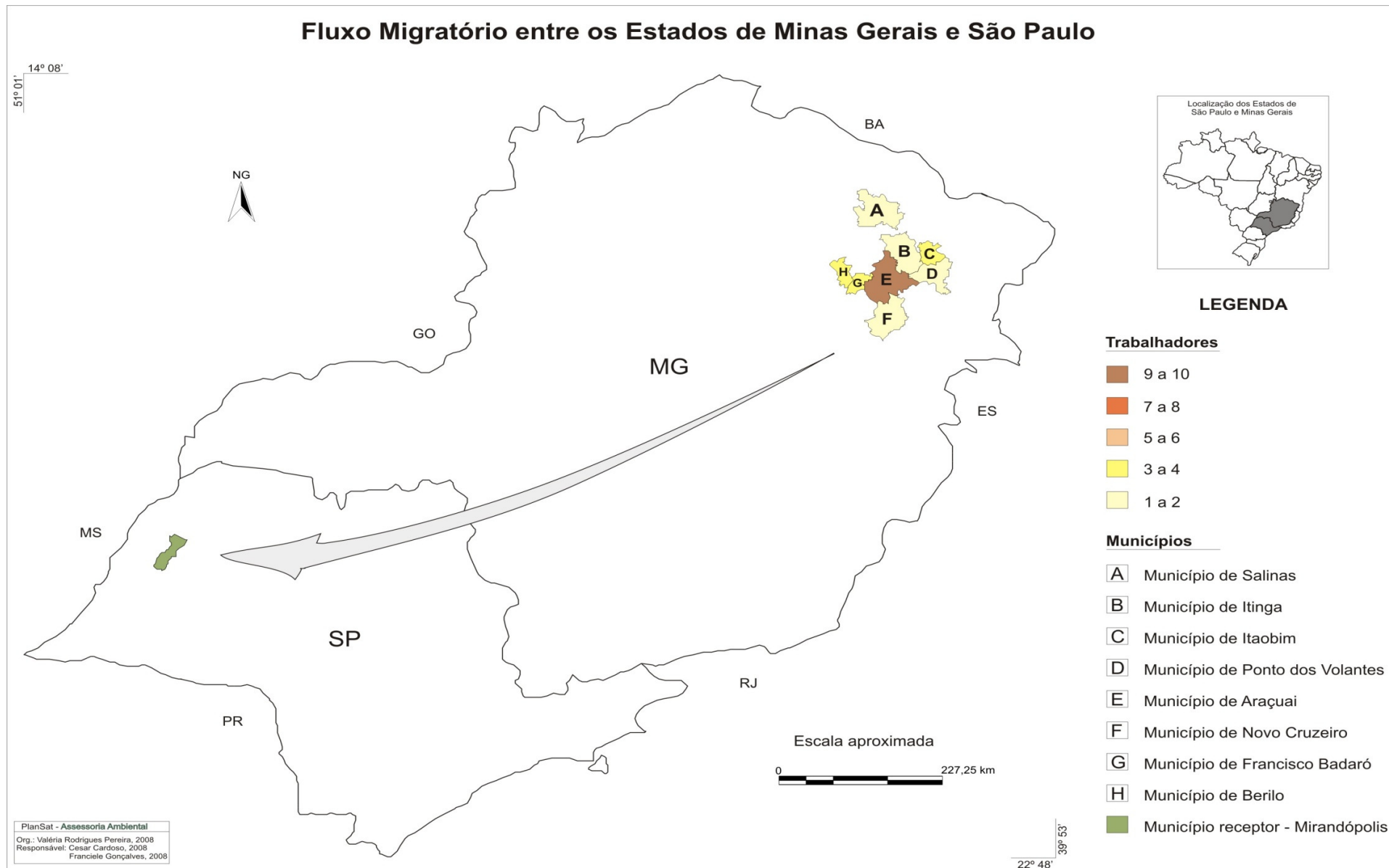


Figura 10 – Mapa de fluxo migratório entre os estados de MG e SP, 2008.

A Tabela 7 - Origem dos migrantes em 2008 demonstra que dos 27 trabalhadores que entrevistamos, 10 trabalhadores pertencem à cidade de Araçuaí, de Itaobim e Berilo vieram 04 pessoas de cada cidade, 03 de Francisco Badaró, 02 de Salinas e de Cruzeiro e Itinga 01 pessoa de cada cidade.

As informações da Tabela 7 também estão expressas na Figura 10 - Mapa de Fluxo Migratório entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, que representa o deslocamento dos trabalhadores no ano de 2008. Conforme a legenda as cores simbolizam o número de trabalhadores: de 9 à 10 migrantes representado pela cor marrom, de 7 a 8 trabalhadores na cor vermelha; de 5 a 6 na cor bege, de 3 a 4 trabalhadores identificados pela cor amarela e finalmente, de 1 a 2 migrantes, o amarelo claro é a cor que os representa. Os municípios mineiros estão identificados por letras de “A” à “H”, e o município paulista- Mirandópolis - receptor dos migrantes, identificado pela cor verde. Assim, respectivamente, a letra “A” corresponde à Salinas, “B” é o município de Itinga, “C” Itaobim, a letra “D” Ponto dos Volantes, “E” Araçuaí, “F” município de Novo Cruzeiro, “G” Francisco Badaró e com a letra “H” município de Berilo.

É possível verificar que os municípios mineiros são muito próximos e todos estão situados à nordeste do estado. Simbolizada pela seta existente entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, verificamos que a distância que separa os migrantes entre seu município de origem até o destino- Mirandópolis/SP, é muito grande, aproximadamente 2000 Km. Segundo os migrantes, a viagem de ônibus entre Minas e São Paulo, demora mais de dois dias, devido à grande distância percorrida e à necessidade de “paradas” para alimentação e abastecimento do veículo.

A escolaridade dos trabalhadores também foi pesquisada em dois momentos, nos anos de 2006 e 2008. Os dados da Tabela 8 demonstram que dos 71 entrevistados, 04 são analfabetos, 01 alfabetizado, 23 estudaram até a 5ª. Série do Ensino Fundamental, 27 têm Ensino Fundamental completo, 12 não terminaram o Ensino Médio, mas 09 pessoas conseguiram concluir o Ensino Médio. Essas informações, aliadas aos diálogos que tivemos, permitiram constatar que grau de escolaridade dos migrantes, bem como seu entendimento sobre as questões relacionadas ao campo, revelam o seu desconhecimento sobre a condição de subordinação ao capital.

O Gráfico 4 - Escolaridade dos migrantes representa a síntese dos resultados de 2006 e 2008, onde observamos que 4% correspondem aos analfabetos e 2% aos alfabetizados, 66% dos trabalhadores não passaram da 8ª. Série do Ensino Fundamental, 16% tem ensino médio incompleto e apenas 12% conseguiram terminar o ensino médio.



Tabela 8 - Escolaridade dos migrantes

Escolaridade	No. de trabalhadores Situação em 2006	No. de trabalhadores Situação em 2008	Síntese dos resultados
Analfabetos	03	01	04
Alfabetizados	0	01	01
Até 5ª. Serie do Ensino Fundamental (EF)	13	05	23
Até 8ª. Série do Ensino Fundamental (EF)	17	10	27
Ensino Médio (EM) incompleto	07	05	12
Ensino Médio (EM) completo	04	05	09
<b>Total de entrevistados</b>	<b>44</b>	<b>27</b>	<b>71</b>

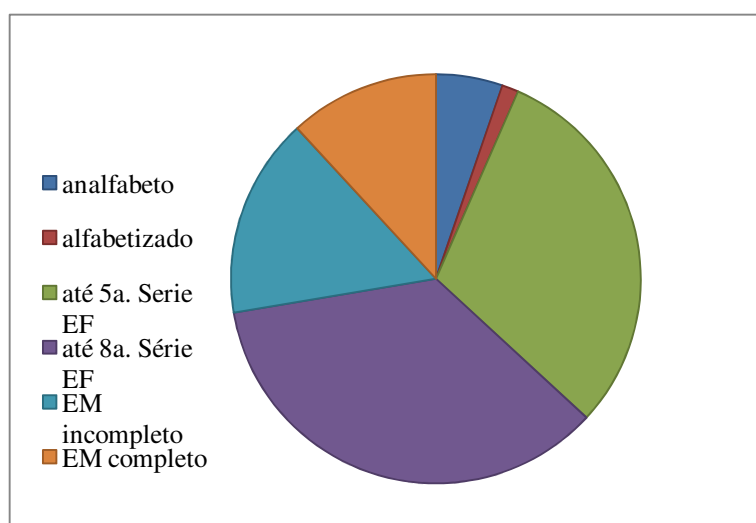
Fonte: PEREIRA, V.R., 2006-2008

Tabela 9 - Síntese dos resultados da escolaridade dos migrantes (2006-2008)

Analfabetos:	04
Alfabetizados:	01
Até a 5ª. do EF:	23
Até a 8ª. EF:	27
EM incompleto:	12
EM completo:	09
<b>Total:</b>	<b>71</b>

Fonte: PEREIRA, V.R., 2006-2008

Gráfico 4 - Escolaridade dos migrantes, 2006-2008



Outra constatação importante trata-se da relação com a terra. A maior parte das famílias dos trabalhadores possuem pequenas propriedades e retiram seu sustento da terra e, mesmo aqueles que não são proprietários atualmente buscam seus ganhos em atividades rurais. Confirmando essa tendência, Valim (2001) destaca uma estimativa sobre os migrantes sazonais:

[...] 65% dos trabalhadores temporários provém da pequena produção, da qual sai a maior parte dos gêneros alimentícios do país. Esses trabalhadores constituem uma reserva de mão-de-obra permanente, pronta para atender às necessidades da monocultura de exportação e da agroindústria. (VALIM, 2001, p. 31-32)



**Figura 11- Foto do Sr. Arlindo, 60 anos, um dos migrantes mais idoso**

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008.

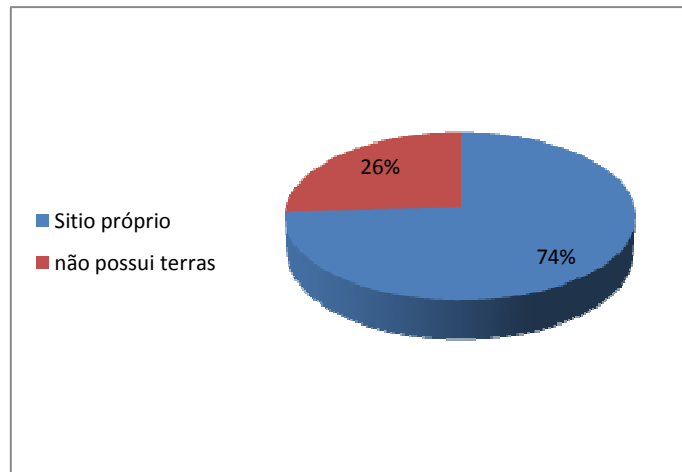
O Gráfico 5 - Relação com a Terra reforça a idéia abordada pela autora, pois dentre os 27 entrevistados em 2008, 74% informaram que possuem uma pequena propriedade, onde plantam mandioca, milho e algumas frutas e apenas 26% disseram não ter atualmente ligação com terra, mas sempre trabalharam no campo, porque são filhos de pequenos agricultores que tinham um sítio.

Como veremos a seguir, um depoimento do Sr. Arlindo<sup>75</sup> ao lado do Gráfico 5 - Relação com a terra, demonstra que mais da metade dos cortadores de cana têm sítio enquanto a outra não tem acesso à terra. Além disso, sua fala reflete a diferença entre o “Grande”-

<sup>75</sup> Depoimento dado em junho de 2008.

fazendeiro- e os “pequenos”- o camponês-, mostrando que a expropriação total chega quando o “grande” compra sua terra.

**Gráfico 5 - Relação com a terra**



*... o 'Grande' ele comanda tudo né ? Ele tem a terra o dinheiro e nós só aquele 'quadrado' ... e daí se ele quiser e ele vem, chega e compra a nossa terra também...*

*Sr. Arlindo*

Fonte: PEREIRA, V.R.,2008.

Percebemos que muitos migrantes trabalham na colheita da cana há mais de uma safra e nas suas cidades de origem, os jovens “anseiam” pela maioria, para poderem migrar para São Paulo. A Tabela 9 - Quantidade de safras canavieiras por trabalhador, mostra que 08 trabalhadores cortam cana pela primeira vez, 04 estão na segunda safra, 06 migrantes na terceira safra, 02 enfrentam a colheita pela quarta ou quinta vez, 04 pessoas já colheram de seis à oito safras e ainda encontramos aqueles que cortam cana-de-açúcar pela nova vez ou mais.

**Tabela 10 - Quantidade de safras canavieiras por trabalhador**

Quantidade de safras	Número de trabalhadores
Primeira safra	08
Duas safras	04
Três safras	06
Quatro ou cinco safras	02
De seis a oito safras	04
Nove safras ou mais	03
<b>Total de entrevistados</b>	<b>27</b>

Fonte: PEREIRA, V.R.,2008

Com relação à quantidade de cana cortada por dia, a Tabela 10 – Quantidade de cana cortada/trabalhador/dia, permite visualizar que a produtividade por trabalhador é extremamente alta e isso revela o grande esforço para atingir toneladas que garantam seu salário.

**Tabela 11 - Quantidade de cana cortada por trabalhador/dia, 2008**

<b>Quantidade de cana (toneladas/ dia)</b>	<b>No. de trabalhadores</b>
<b>de 6 a 7</b>	05
<b>8 a 9</b>	05
<b>10 a 11</b>	06
<b>12 a 13</b>	04
<b>14 a 15</b>	05
<b>Acima de 15</b>	01
<b>Não sabe</b>	01
<b>Total de entrevistados</b>	<b>27</b>

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008.

Conforme a Tabela 10, entre as 27 pessoas que entrevistamos, cinco cortavam até 7 toneladas de cana-de-açúcar por dia; de 8 a 9 toneladas cinco trabalhadores, de 10 a 11 toneladas seis pessoas; quatro migrantes conseguiam cortar de 12 à 13 toneladas; outros cinco atingiam a média de 13 a 14 toneladas; um deles cortava mais de 15 toneladas de cana, enquanto outro não sabia sequer qual era sua média diária.

Com relação aos salários, a Tabela 11- Valor dos salários dos cortadores de cana em 2008, verifica-se que a maioria recebia em média R\$ 1000,00, ou seja, para receber esse salário era preciso cortar em média 10 toneladas diárias.

**Tabela 11 - Valor dos salários dos cortadores de cana, 2008:**

<b>Faixa salarial</b>	<b>No. de trabalhadores</b>
<b>Até R\$ 650,00</b>	01
<b>De R\$ 651,00 a R\$ 850</b>	11
<b>De R\$ 851,00 a R\$ 1000,00</b>	09
<b>De R\$ 1001,00 a R\$ 1200,00</b>	03
<b>De R\$ 1201,00 A R\$ 1400,00</b>	03
<b>Total de entrevistados</b>	<b>27</b>

Fonte: PEREIRA, V.R., 2008

Ao final de um mês de serviço (25 dias trabalhados, já que o regime de trabalho é 5x1) ele teria atingido 250 toneladas, ou seja, 250.000 quilos de cana que foram cortados, recolhidos e carregados por um só trabalhador. De forma representativa, isso equivale à mais de três treminhões - carretas e caminhões que chegam a 30 metros de comprimento e com capacidade para carregar até 74 toneladas de cana.

Por outro lado, a ausência do trabalhador na terra de origem, faz falta como mão-de-obra para sua própria família e por esse motivo alguns migrantes afirmaram que até possuem funcionários que trabalham na roça enquanto estão longe de casa.

Apesar do cansaço à que são submetidos na rotina do canavial, eles dizem:

[...] já consegui arrumar minha casa, comprar uma moto, mandar dinheiro pra família [...]  
 [...] gado eu tinha pouco, mas agora já comprei mais com o dinheiro daqui [...]  
 [...] meu sitio ficou mais arrumadinho e a casa agora é de tijolo [...]  
 [...] esse ano eu já consegui mandar dinheiro pra plantar mais coisa no sitio [...] agora não tá faltando nada[...]  
 [...] se em São Paulo somos simples cortadores de cana, na nossa terra a gente é patrão [...] <sup>76</sup>.

Os depoimentos acima nos remetem a Martins (2003, p.41) ao afirmar que a fala do migrante traz uma lógica que não é do trabalhador, mas da classe dominante:

Esquecemos que essa fala está, também, freqüentemente constituída por uma lógica que não pertencem ao trabalhador, e sim àqueles que dominam e exploram. Sobre isso, convém lembrar que a fala do migrante é quase sempre dominada pela lógica da mercadoria e do dinheiro, da quantidade, e recoberta pelo fascínio do maravilhoso e ilimitado das coisas que podem ser compradas e vendidas. O maravilhoso se torna mais amplo e poderoso em relação àqueles que, justamente, vivem no mundo da carência.

Essa realidade de subordinação, sonho e ilusão ficam escondidas pelo trabalho pesado que não permite ao trabalhador entender ou mudar a situação precária vivida, além, é claro, da falta de políticas públicas que preocupem-se, de fato, com essa questão. O trabalhador ao iniciar essa rota passa a viver em permanente migração, por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem, procuram as safras agrícolas em diferentes locais a cada ano e acabam se distanciando cada vez mais de seu lar. Nessa jornada carregam a esperança de que esse trabalho seja realmente “temporário” e, que possam de fato melhorar a vida dos familiares que ficaram para trás.

---

<sup>76</sup> Esses depoimentos foram feitos por vários migrantes no alojamento da Fazenda Floresta, Lavinia-SP, Dez de 2007.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário brasileiro é caracterizado pela concentração fundiária e também pela desigualdade social. Com uma agricultura voltada para o mercado externo e assentada em grandes propriedades, o pequeno agricultor vive pressionado pelo sistema capitalista.

Ao longo da história do país, presenciamos as inúmeras estratégias desenvolvidas pelo capital visando sua predominância, utilizando-se principalmente de leis que legitimem sua ação. Exemplo disso, como vimos no segundo capítulo, foram as Leis de Terras de 1850 e o Estatuto do Trabalhador em 1964.

A tão propagada modernização da agricultura e hoje a promessa de crescimento econômico com a agroindústria canavieira, sob o discurso de promover o desenvolvimento nacional e a diminuição de impactos ambientais, não foi e não está sendo acompanhada por mudanças favoráveis nas relações de trabalho. O que vemos de fato é uma maior exploração do trabalhador, enquanto a riqueza - tal como a estrutura fundiária - está cada vez mais concentrada e a população trabalhadora com mais dificuldades de sobrevivência.

A exploração e a expropriação que atinge o pequeno agricultor atualmente tem obrigado-o a viajar cerca de 2.000 Km, ficar distante da família por mais de 6 meses, enfrentar um serviço muito pesado, para ganhar um salário que assegure uma vida mais digna para sua família.

Esta é uma das marcas do contraditório avanço do capitalismo no campo: um crescimento econômico, voltado para as grandes propriedades que suprime cada vez mais o pequeno agricultor, transformando-o em assalariado que, na maioria das vezes precisa migrar para locais distantes numa trajetória de luta pela sobrevivência.

Sem ter sua terra para trabalhar ou por ausência de condições, o lavrador vende sua mão-de-obra, geralmente para grandes empresas capitalistas que possuem extensas propriedades e que transformaram a terra em mercadoria de alta lucratividade.

São essas as condições que identificamos nos migrantes mineiros. Atraídos pelo salário, pela carteira assinada, pelo desejo de conseguir comprar uma moto, um terreno ou mais gado, centenas de homens chegam ao município de Mirandópolis para trabalhar durante a safra, dispostos a enfrentar o serviço pesado nos canaviais e assim garantir uma renda extra para a família e o seu vínculo com o campo.

Mineiros de Araçuaí, Salinas, Itinga e outras cidades do Vale do Jequitinhonha, são pessoas que sonham com uma vida melhor e por isso suportam as condições que a migração lhes impõe.

Sabemos que a história da migração faz parte do passado e o presente da sociedade capitalista. A concentração fundiária é apontada como uma das principais responsáveis por esse processo, já que a mesma desencadeia uma série de conseqüências, que culminam na desvalorização da agricultura camponesa e desequilibra os três elementos essenciais do mundo camponês: a terra, trabalho e família.

A partir disso, compreendemos que as famílias camponesas têm buscado a migração para garantir sua reprodução social. Isso foi comprovado ao verificarmos que os mineiros buscam os canaviais do oeste paulista para juntar dinheiro que sirva para ajudar a família que ficou cuidando da terra. Aceitam esse serviço porque, segundo eles o salário é “bom”, se comparado aos valores pagos em Minas Gerais, não exige uma formação e esse foi o “*jeito*” que encontraram para defender sua terra, já que todo dinheiro é para despesas, investimentos no sítio ou compra de algum bem.

O campo têm uma história de lutas e conflitos pelo direito de viver na terra e da terra, quando pensamos nas migrações temporárias, essa luta geralmente é solitária, é a luta de cada dia no eito do canavial e a sazonalidade do trabalho, infelizmente, não favorece a articulação e a mobilização entre os trabalhadores por melhores condições trabalhistas.

Verificamos que o migrante é muito interessante para a agroindústria canavieira pelo serviço de qualidade que executa no corte da cana, cortando rente ao solo, onde a sacarose se concentra e onde as máquinas não conseguem alcançar. Além disso, o “isolamento” nos alojamento aumenta ainda mais a produtividade, pois assim o controle da mão-de-obra é total, ocorrendo durante e depois do serviço. Outro ponto importante é que no alojamento, que é localizado em fazendas distante da cidade, os trabalhadores não se “dispersam” com outras ocupações, podendo “dedicar-se” exclusivamente ao trabalho.

É importante frisar que o corte da cana pode resultar em ganhos acima de dois salários mínimos, o que na opinião dos migrantes constitui um valor bastante vantajoso, pois permite “*juntar um dinheirinho*”, porém quando questionado sobre suas despesas e as condições de trabalho, parece-nos que esses ganhos financeiros não são tão vantajosos assim.

Interessante também foi o modo como os migrantes se autodenominam diferentemente entre o local de origem -Minas Gerais - e o destino - São Paulo. Lá se consideram produtores rurais, pequenos agricultores e aqui trabalhadores rurais, ou seja,

simples assalariados. Por outro lado, independente de tais definições sentem-se como sujeitos que para garantir a própria sobrevivência e de sua família, produzem estratégias, tanto em Minas, como em qualquer outro lugar de destino, são batalhadores, participantes ativos - embora ignorem essa condição - do processo de expansão capitalista, que contraditoriamente permitem o processo de reprodução das suas condições de vida, no caso, de reprodução camponesa, recriando novas formas que configuram um modo de luta e resistência.

Diante dessas colocações, constatamos que a migração é uma forma de resistência, de luta para manter-se na terra, mas ao mesmo tempo – e mais uma vez- contraditoriamente a esse objetivo, tem afastado o camponês cada vez mais de sua terra. Em seus depoimentos, os mineiros deixam claro que gostariam de viver exclusivamente de sua lavoura sem precisar recorrer ao trabalho sazonal na cana, tão distante de seu lar, que “castiga seu corpo” e faz angustiar sua alma de saudade dos seus.

O trabalho *Entre a exploração e a estratégia: as faces da migração para os canaviais do noroeste paulista*, revelou-nos que a visão de estratégia camponesa não desfaz a situação vivida pelos migrantes, ou seja, o que de fato prevalece ainda é a exploração.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Ap.; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos Teóricos para o entendimento da questão agrária:** breves considerações. Geografia. Londrina: UEL, Jul/dez 2000. v. 9, n. 2

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**, 2006, v.15, n.3, p.90-98.

\_\_\_\_\_. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: **Migrantes - trabalho e Trabalhadores No Complexo Agroindustrial Canavieiro - Os Heróis do Agronegócio Brasileiro**. São Carlos: Edufscar, 2007, p.21-54.

ANÁLISES E INDICADORES DO AGRONEGÓCIO. **Índice de Mecanização na Colheita da Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo e nas Regiões Produtoras Paulistas**, Junho de 2007. São Paulo, v.3, n.3, mar.2008. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9240>> . Acesso em 12 nov. 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Terra e homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. A construção da Geografia Brasileira. **Rev. Portuguesa de Geografia Finisterra**, Lisboa, XXXIV, 67-68, 1999, p. 21-30. Disponível em: < <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/index.html>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Geografia no contexto das Ciências Sociais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2007.v. 22, n. 65. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10706501.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Dissolvendo a Neblina: O Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Sudeste: Saúde, Direito, Trabalho**. São Carlos: Fundacentro, out. 2004.

BOTELHO, Maria Isabel V. Experiências e vivências na migração sazonal. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 1-20. jul/dez , 2003. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/issue/view/11/showToc>>. Acesso em: 10 set. 2007.

BRITO, F. R. A. de; CARVALHO, J. A.M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, p. 441- 455, jun. 2006.

CAMARANO, Ana Amélia, ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 621). Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td.html>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Distribuição Espacial da População Brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 44 p. (Texto Para Discussão N° 766). Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td.html>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

CARVALHO, Diego F. de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. **Revista Histórica**, 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia02>>. Acesso em 23 jul. 2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **Informativo açúcar e Álcool - USP / ESALQ**, 02 de Janeiro de 2007.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil. **Cadernos de Formação 2**. São Paulo: Maxprint, 2006. 24 p.

CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA – CTC. **Canaviais de SP devem eliminar queimada até 2014**. São Paulo, 05 jun. 2007. Disponível em: < [http://www.ctcanavieira.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=62&Itemid=26](http://www.ctcanavieira.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=26)> Acesso em: 12 dez. 2007.

DIEESE e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estatísticas do Meio Rural** - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.nead.gov.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=328>> . Acesso em: 25 jul. 2008

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão Agrária no limiar do século XXI. Brasília: **Espaço e Geografia**. Vol.04, no. 01, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Territorialização do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra- Brasil. **Revista Nera**, Ano 1, no.1, jul.1998. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/nera/rev08.php>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano ; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Julio Cezar. (orgs). **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FALLEIROS, Alcides. **Mirandópolis** - sua evolução no século XXI. [ S.I.: s.n.], [2002?]

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. São Paulo: **Revista Terra Livre**, 2001, n. 16 p. 39-70

GARCIA JR, A. R. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília e CNPq, 1989.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 2006-2008

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA- IEA. Disponível em: <[www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br)> Acessos em: 2006-2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> Acessos em: 2006-2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 43-61.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência** - a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MENEZES, M. A; GONÇALVES, A. J. (elab.). **Migrações no Brasil**: o peregrinar de um povo sem terra. CEM - Centro de Estudos Migratórios de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1986.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. 2006. ano 9, n. 8. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/rev08.php>> Acesso em: 20 ago. 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**- A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes - Trabalho e Trabalhadores No Complexo Agroindustrial Canavieiro** - Os Heróis do Agronegócio Brasileiro. São Carlos: Edufscar, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. ; MARQUES, Marta I. (orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PASTORAL DOS MIGRANTES / GUARIBA- **Dossiê: 2001 – 2003**: Rota Da Mobilidade Humana Para O Interior Paulista. Diocese de Jaboticabal-SP. Disponível em: <[www.pastoraldomigrante.org.br/index\\_docts/dossie%20mobilidade1.pdf](http://www.pastoraldomigrante.org.br/index_docts/dossie%20mobilidade1.pdf)> . Acesso em 03 jan. 2007.

PAULINO, Eliane T. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, I. M. M; SUZUKI, J. C. (Orgs.) In: **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-351.

PATARRA, Neide L. Movimentos Migratórios: Características e Tendências Recentes. In: **O Vaivém da Sobrevivência**. CEM-Centro de Estudos Migratórios de São Paulo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 45-64.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Migratórios No Brasil: Tempos e Espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. n.7. 50 p. (Textos para discussão). Disponível em: <[http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos\\_para\\_discussao/textos/texto\\_7.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf)> Acesso em: 25 jul. 2008.

PATARRA, Neide L. Tendências e Modalidades Recentes das Migrações Internas e Distribuição Populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste. In: SEMINÁRIO QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE, 2004, Recife. **Anais Quantos Somos e Quem somos no Nordeste**. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2005. p.50-62.

PILETI, Nelson; MOSOLINO, Ivone. **A questão da terra no Brasil**. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1999.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil: novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-24, 1997.

PRADO JÚNIOR. Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMOS, Pedro. A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: heranças a serem abandonadas. **Revista Eletrônica-LABJOR/SBPC**. Abr. 2007, Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

RIBEIRO, E. e GALIZONI, F. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In Torres, H. e Costa, H. (orgs) **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo, Senac, 2000. Disponível em: < [www.nucleoestudo.ufla.br/npj/artigos%20selecionados/ABEPUBb.pdf](http://www.nucleoestudo.ufla.br/npj/artigos%20selecionados/ABEPUBb.pdf)> Acesso em: 16 jan. 2008.

SALLES, Y. Setor de açúcar e álcool criou 80% dos empregos industriais de SP no ano. **Folha On Line**. São Paulo, 15 de mai. 2008. Dinheiro. Disponível em: <[www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)>. Acesso em: 17 nov. 2008.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www.agricultura.sp.gov.br](http://www.agricultura.sp.gov.br)>. Acessos em: 2006-2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista Eletrônica do NEAD**, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=310>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

SILVA, Juliano. Lavradores pedem melhorias. **Folha da Região**, Araçatuba, 16 out. 2008. Cidades. Disponível em: < <http://www.folhadaregiao.com.br/>>. Acesso em 19 out. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana-** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

UNIÃO DAS DESTILARIAS DO OESTE PAULISTA-UDOP. Disponível em <[www.udop.com.br](http://www.udop.com.br)>. Acessos em: 2006-2008

UNIÃO DAS AGROINDUSTRIAS CANAVIEIRAS- ÚNICA. Disponível em: <[www.unica.com.br](http://www.unica.com.br)>. Acessos em: 2006-2008.

VALIM, Ana. **Migrações:** da perda da terra a exclusão social. 4ª ed. São Paulo: Atual Editora, 2001.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. Uberlândia: **Rev. Campo-Território**, 2006. v. 1, n. 1, p. 1-16.

## APÊNDICE A - Questionário aplicado aos migrantes em 2006

### DADOS PESSOAIS

Data:

Nome do entrevistado:

- |    |                     |                  |                |
|----|---------------------|------------------|----------------|
| 1- | Idade               |                  |                |
| 2- | Estado Civil        |                  |                |
| 3- | Tem filhos?         | 3.1 - Quantos?   | 3.2- Idades    |
|    |                     | 3.3-Onde estão ? | 3.4- Com quem? |
| 4- | Escolaridade        |                  |                |
| 5- | Local de nascimento | UF               |                |
|    | ( ) urbano          | ( ) rural        |                |

### TRABALHO

- 6- Na sua cidade de origem, você trabalhava no campo ou na cidade?
- 7- Como ficou sabendo do trabalho na região?
- 8- Atualmente, onde trabalha?
- 9.1- Qual é a sua função?
- 9.2- Já trabalhou nessa ocupação?
- 9- Quando começou neste trabalho?
- 10.1-Até quando deve estar empregado?
- 10.2- Qual é o seu salário?
- 10.3- Recebe algum tipo de gratificação ou adicional?
- 10.4- 10.2- Seu salário é empregado em que?
- 10- Possui carteira assinada?
- 11.1-Qual função está registrada na carteira?
- 11- Qual é a principal dificuldade no seu trabalho?
- 12- Você tem assistência médica?
- 13.1-Em caso de emergência onde procura atendimento médico?
- 13.2 - Já se machucou no seu trabalho? Como
- 13.3-Ficou doente nesse ano?
- 13- Você poderia dizer, se tem alguma doença que o prejudica no trabalho?
- 14- Qual é o seu horário de trabalho?
- 15.1- A empresa oferece transporte?Qual?
- 15.2- Como você se alimenta no trabalho?
- 15.3- Quantos dias de folga?
- 15- Seu empregador oferece alojamento?
- 16- -Quais são seus instrumentos de trabalho?
- 17.1-Esses instrumentos são seus?
- 18-Poderia descrever sua rotina?

**PRESENTE, PASSADO E FUTURO**

19. Sempre morou no campo ou na cidade?
20. Qual foi o último lugar que você morou antes de vir para essa região?
  - 20.1-Quanto tempo morou nesse lugar?
  - 20.2-Além desses lugares (origem e procedência) já morou em outros?Quais?
21. Que tipo de trabalho você tinha no seu local de origem?
22. Por que você decidiu vir para essa região?
23. Em qual cidade (região) você mora atualmente?Como é sua casa?
24. Sua família veio com você? Por que?
25. Quais são as atividades econômicas existentes no seu local de origem?
26. É a primeira vez que você vem para essa região? Pretende voltar?
  - 24.1- Se não pretende retornar, pensa em ir pra onde?
27. Sofreu algum tipo de discriminação?
28. Você tem atividades de lazer?Quais?
29. Ao retornar para sua cidade de origem você trabalha em que?
30. Tem intenção de estudar? Qual curso?
31. Qual é a sua religião?
32. O que espera do futuro?
33. -Se pudesse mudar de profissão, o que gostaria de fazer?



## APÊNDICE B – Questionário aplicado aos migrantes em 2008

Data:

Nome do entrevistado:

Idade

17- Estado Civil

18- Tem filhos?

3.1 - Quantos?

3.2- Idades

3.3-Onde estão ?

3.4- Com quem?

19- Escolaridade

20- Local de nascimento

UF

( ) urbano

( ) rural

21-Cidade de origem:

22- Você e sua família tem relação com a terra ?

Qual?(própria, arrendada, ocupada, parceria)

Qual tamanho?

O que ela (terra) representa pra você?

23-Sempre morou no campo?

24-Como é a cidade/município/região de onde você veio? Como é a sua casa e como vive sua família?

25-Que tipo de trabalho você faz no seu local de origem?

26-Quais são as atividades econômicas ou tipo de serviços oferecidos no seu local de origem?

27-Alguém de sua família também veio com você?

13- Você faz parte do sindicato dos trabalhadores rurais? O que acha dele?

14-Já sofreu algum tipo de discriminação?

15-Como você se define: um homem do campo, um produtor rural, um agricultor, um trabalhador rural ou um camponês?

16-O que você sabe sobre Reforma Agrária?

17-Qual sua opinião sobre a mecanização da colheita da cana?

18-Desde quando você corta cana?

19-Quanto de cana você corta por dia (em média) ?

20-Quanto você recebe em média pelo seu trabalho?

( ) R\$464,00 (piso)

( ) entre R\$464,00 (piso) e R\$ 650,00

( ) entre R\$ 650,00 e

R\$850,00

( ) entre R\$ 850,00 e R\$ 1000,00

( ) entre R\$ 1000,00 e R\$ 1200,00

( ) entre R\$ 1200,00 e R\$

1400,00

( ) acima de R\$1400,00

Obrigada pela sua colaboração!

---

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)